



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES DOS SANTOS

SHIS E TERRACAP *VERSUS* POVO:
A LUTA DA ASSOCIAÇÃO DOS INCANSÁVEIS
MORADORES DE CEILÂNDIA
(1971-1988)

Brasília, dezembro de 2020



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCOS VINICIUS RODRIGUES DOS SANTOS

SHIS E TERRACAP *VERSUS* POVO:
A LUTA DOS INCANSÁVEIS MORADORES DE
CEILÂNDIA
(1971-1988)

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO

CO-ORIENTADOR: GUILHERME OLIVEIRA LEMOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Brasília, dezembro de 2020

**SHIS E TERRACAP VERSUS POVO:
A LUTA DA ASSOCIAÇÃO DOS INCANSÁVEIS MORADORES DE CEILÂNDIA
(1971-1988)**

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto – PPGHIS/UnB

(Orientadora)

Guilherme Oliveira Lemos – PPGHIS/UnB

(Co-Orientador)

Prof. Dr. Marcelo José Domingos – Universidade do Texas e Secretária de Educação

(Membro externo)

Prof. Dr. Daniel Farias – PPGHIS/ UnB

(Membro Interno)

Prof. Dr. Anderson Oliva – PPGHIS/UnB

(Suplente)

Dedico este trabalho aos meus avós, Filomena Rodrigues Ferreira e Antônio Rodrigues Bezerra, sujeitos que sentiram na pele as condições da Vila do IAPI, mas que a despeito de todas adversidades conseguiram demonstrar o valor existente no afeto.



RESUMO

Nesta monografia propomos uma análise da agência histórica da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC), com base em informações acessadas em matérias jornalísticas, documentos oficiais, informes e fotografias, nos quais foram sendo registrados os processos de tensionamento, disputas e afirmação do “direito à cidade”, protagonizados por agentes do Estado e integrantes desta Associação, entre os anos de 1971 e 1988. Uma vez que essas lutas por moradia informam sobre os caminhos e descaminhos da cidadania no Brasil, esta pesquisa se desenvolve em diálogo com os estudos históricos do pós-abolição e da história social do trabalho, a fim de melhor localizar as experiências vividas no Distrito Federal no panorama da própria História do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Distrito Federal, Segregação racial, Pós-abolição, História Social, Negro.



ABSTRACT

In this monograph we propose an analysis of the historical agency of the Association of the Tireless Residents of Ceilândia (ASSIMOC), based on information accessed in journalistic articles, official documents, reports and photographs, in which the processes of tension, disputes and affirmation of the “right to the city”, carried out by agents of the State and members of this Association, between 1971 and 1988, were registered. Once these struggles for housing inform us on the paths and waywardness of citizenship in Brazil, this research is developed in dialogue with the historical studies of post-abolition and social history of work in order to better locate the experiences in the Distrito Federal panorama in the very history of Brazil.

KEYWORDS: Distrito Federal, Segregação racial, Pós-abolição, História Social, Negro



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – DAS REMOÇÕES: POLÍTICAS DE EXCLUSÃO A PARTIR DA CIDADE DE BRASÍLIA.....	4
1.1 Distrito Federal, um território negro	
1.2 Cidades e Corpos indesejados	
1.3 Cenário de guerra: sobre remoções e realocações geográficas	
CAPÍTULO 2 – CONTROLE E VIGILÂNCIA NAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, UM ESTUDO DE CASO: OS INCANSÁVEIS MORADORES DE CEILÂNDIA.....	18
2.1 Os primeiros anos de Ceilândia	
2.2. Ceilândia, uma cidade em efervescência política	
2.3 Sobre a vigilância da Associação de Moradores da Ceilândia	
CAPÍTULO 3 – SHIS E TERRACAP VERSUS POVO, A LUTA DA ASSOCIAÇÃO DOS INCANSÁVEIS MORADORES DE CEILÂNDIA.....	35
3.1 A disputa em torno dos Lotes	
3.2 A voz de Ceilândia	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
FONTES.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57



INTRODUÇÃO

No dia 21 de abril de 1960, Brasília foi inaugurada como Capital Federal do Brasil. Anunciada por Juscelino Kubitschek como Meta Síntese de seu Plano de Metas, a cidade foi erguida por meio das concepções desenvolvimentistas, modernistas e racionalistas. Admirada por muitos como a capital da esperança, o sonho de uma cidade moderna convocou populações de todas as regiões do país para cooperar na edificação da nova cidade.

Não foram poucos os homens e as mulheres que chegaram ao Planalto Central para se anexar ao território, e edificar também suas vidas. Estes sujeitos vieram convocados pelo próprio Juscelino, que havia feito o convite como possibilidade de construção de uma nova vida na capital, local que supostamente proporcionaria condições de vida para todos os sujeitos que viessem interessados em oferecer a sua mão de obra.

Devemos então lembrar que o país que fundou Brasília como capital do progresso e modernismo fora o mesmo organizado por intermédio de uma estrutura escravista e racializada, e que não se preocupou em promover políticas públicas de acesso à cidadania para a população negra no pós-abolição¹. Sendo assim, retomar este passado não tão distante possibilita reconhecemos as continuidades que vão tecer o contexto social do dos séculos XIX e XX, considerando que os estudos históricos sobre o pós-abolição apresentam a existência de um passado heterogêneo, em que a agência negra vai atuar nos diversos espaços políticos, como: partidos, clubes sociais, sindicatos, grupos teatrais, imprensa negra².

Esta população racializada vai utilizar de todos os dispositivos para reivindicar o exercício de uma cidadania plena. Nesse sentido, Brasília apareceu como uma oportunidade para vários sujeitos negros que eram diariamente interditados em suas trajetórias e vislumbraram na capital um local possível para a construção de uma vida melhor.

¹ Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jun. 2004, pp. 170-198.

² Álvaro Pereira Nascimento. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, Dez. 2016, p. 607-626

Com efeito, a capital não será um ponto fora da curva, considerando que ao chegar na cidade estes sujeitos vão se deparar com um território fragmentado, que separava a cidade de acordo com as ocupações de cada trabalhador. Esta divisão territorial vai posicionar os trabalhadores da construção civil e suas famílias nos arredores dos canteiros de obras em condições desumanas, revelando, então, a contradição existente entre o projeto modernista e os trabalhadores que dispuseram suas vidas para erguer um novo espaço urbano.

Esta ação de fragmentação do território de acordo com o ofício de cada trabalhador criou zonas habitacionais de maioria negra, de modo que na metade dos anos 1960, o Distrito Federal já possuía Vilas Operárias numerosas e que desafiavam o contingente populacional do Plano Piloto. Estas Zonas Habitacionais por não estarem no projeto de construção da capital ficaram desassistidas de estruturas básicas de sobrevivência – água, luz, saneamento, energia.

Ocorre que, para lidar com esta situação, o Governo do Distrito Federal coordenou as remoções das Vilas Operárias como solução para o problema. Essas ações foram realizadas com base na Resolução n. 71/75, que acordava que a população das vilas seria conduzida para uma melhor condição de vida, tudo isso a preço justo. Mas por que remover? Não seria mais fácil construir as estruturas básicas de sobrevivência nas próprias Vilas Operárias? Quais foram as justificativas acionadas pelo governo para realizar tais remoções? Houve contestação por parte dos moradores? Se sim, como foi?

Estas perguntas conduziram a construção de nosso trabalho, visto que são os poucos os espaços dedicados a analisar a presença da população negra na história do Distrito Federal. De tal sorte, a nossa pesquisa busca compreender os dispositivos de controle utilizados sobre os territórios negativamente racializados e os agenciamentos da população civil em resposta aos ataques do Governo do DF. Para tanto, realizamos pesquisas nas seguintes bases documentais: Arquivo Público do DF (ArPDF), Arquivo Nacional e Hemeroteca Digital. Estes acervos foram essenciais para a construção de nossa monografia, visto que por meio deles conseguimos acessar uma base documental de natureza diversa, como: Arquivos da Secretária de Segurança Pública do DF, jornais, imagens, registros de associações de bairro, culturais e religiosas.

Dessa forma, nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, realizamos uma contextualização sobre a experiência vivenciada por pessoas racializadas no Distrito Federal, indicando a maneira como estas trajetórias foram interdidas por meio das políticas de desfavelamento operacionalizadas pelo governo do DF. Para

analisar os dispositivos de remoção, propomos a investigação de duas ações: a “Operação Retorno” em 1964 e as “Remoções de 1971”, dois eventos que marcaram o território do DF e fornecem caminhos para o entendimento sobre os modos como os dispositivos de segregação social e racial vão atuar na formação da capital.

No segundo capítulo, examinamos as práticas de vigilância que foram exercidas durante a Ditadura Militar sobre as Associações de Bairro. Utilizamos dos documentos gerados pelos agentes de segurança sobre a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC), buscando acessar os motivos que fizeram esta Associação de Bairro ser vigiada.

Por sua vez, no terceiro e último capítulo, trabalhamos com a trajetória da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC), buscando entender quais foram os dispositivos utilizados por esta associação em sua luta pela garantia dos lotes a preço justo.

Portanto, esta monografia foi estruturada em três capítulos, que promovem uma análise em torno do reconhecimento da historicidade das práticas de controle e vigilância que foram operacionalizadas sobre a população negativamente racializada do Distrito Federal. Para isso foi proposto uma investigação sobre o modo em que ocorreu a ocupação do território da capital, analisando principalmente quais eram os marcadores sociais e raciais que constituíam a população que chegava no território. Posteriormente, analisaremos o modo em que esta população foi sistematicamente assistida pelos aparatos de Segurança e Inteligência, buscando entender quais eram os motivos que guiavam as operações de vigilância sobre o território das cidades-satélites. Por último, examinaremos os dispositivos mobilizados pela população na luta pelo exercício pleno de sua cidadania.



CAPÍTULO 1 – DAS REMOÇÕES: POLÍTICAS DE EXCLUSÃO A PARTIR DA CIDADE DE BRASÍLIA

As narrativas sobre o urbanismo da cidade de Brasília atravessam a história do Distrito Federal, de maneira que as cicatrizes da construção faraônica da capital ainda se fazem presentes na geografia e na memória de seus habitantes. Dessa forma, este capítulo busca realizar um trabalho de análise sobre os instrumentos de segregação espacial que impactaram a vida a população negativamente racializada da nova capital.

Por meio da investigação de duas experiências que marcaram o território do Distrito Federal – a “Operação Retorno” em 1964 e as “Remoções” de 1971 –, buscamos entender as dinâmicas de segregação que organizavam a cidade. Para isso, realizamos uma aproximação entre rastros e vestígios do passado por meio da investigação de jornais da época, fotografias e registros fílmicos.

1.1 DISTRITO FEDERAL, UM TERRITÓRIO NEGRO

As comemorações em torno dos 59 anos da cidade de Brasília evidenciaram as lacunas existentes sobre a história da cidade, de maneira que se tornou perceptível o modo como grande parte das narrativas agenciadas para referenciar o passado da cidade se remetiam à grandiosidade arquitetônica e os nomes das grandes figuras, como os de Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Este movimento de acionar estas narrativas centrado nas experiências dos grandes nomes revela o modo como a história hegemônica da cidade tem sido estudada e pesquisada a partir da exclusão de experiências das populações subalternizadas. Isto quer dizer que a historicidade do território atualmente compreendido como Distrito Federal tem sido em grande medida reduzida aos eventos oriundos da fase de construção de Brasília, criando lacunas frente às narrativas sobre o reconhecimento dos múltiplos sujeitos que habitavam e habitam esse território.

Um dos sintomas da reprodução desse tipo de narrativa é imagem do Distrito Federal representada nos livros didáticos escolares, onde encontramos a representação de uma cidade que só existe através da ótica do jogo político hegemônico, centrado

territorialmente no Plano Piloto. Isso produz a imagem de uma cidade desconexa da conjuntura nacional, e habitada somente por homens brancos ligados a uma elite política.

Nesse contexto de tensionamentos sobre as narrativas do passado que ocorreram em torno do aniversário de Brasília, a exposição histórico-fotográfica “*Reintegração de Posse: Memórias e Histórias da População Negra no Distrito Federal*” – fruto de projetos de iniciação científica e extensão coordenados pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto – trouxe à tona uma série de registros históricos sobre a presença negra na região. Ao evidenciar a agência negra por todo o território do Distrito Federal, construiu um espaço em que era possível observar trajetórias de pessoas negras em suas diversas ocupações: músicos, cantoras, professores e professoras, pedreiros, sambistas e atletas, funcionários públicos... Enfim, gente negra em toda sua multiplicidade e diversidade³.

Chama a atenção o modo como a exposição revelou aquilo que estava óbvio para muitos, mas que a grande massa dos estudos históricos produzidos sobre o DF ignorava: o Distrito Federal é um território negro. Afinal, os dados apresentados pelo último *Atlas do Distrito Federal* informam que dos 2,57 milhões habitantes do território, cerca de 57,6% são pretos e pardos⁴. Há de se perceber que o território possui algumas cidades em que a porcentagem de pessoas pretas e pardas chega a 81,32%, como é o caso da região administrativa da Fercal⁵. Geograficamente, ao analisarmos o modo em que se deu a ocupação do território por pessoas negras pelo Distrito Federal, percebemos uma relação de desigualdade referente à disposição dessas pessoas, que continuam sendo afastadas dos centros de poder por meio da especulação imobiliária e da gentrificação dos espaços.

O que isso significa? É necessário ampliar o nosso horizonte de análise para as experiências de populações racializadas ao longo da história, pois longe de ser um acessório da historiografia tradicional, estas experiências influenciaram substancialmente a História da República no pós-abolição. Estamos falando de um movimento de acionar repertórios e trajetórias de pessoas negras através do tempo e evidenciar os locais sociais habitados por estes sujeitos para além da escravidão e da subserviência, revelando os

³ *Reintegração de Posse: Memórias e Histórias da População Negra no Distrito Federal* (2019). Por meio da apresentação de fotografias e registros documentais, a exposição histórico-fotográfica evidenciou a multiplicidade de registros existentes sobre a população negra do DF, desmitificando a ideia de uma suposta ausência de fontes sobre a experiência negra.

⁴ *Atlas do Distrito Federal* (2020). (Org). Kássia Batista de Castro, Larissa Ane de Sousa Lima. Brasília: Kássia Batista de Castro: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2020.

⁵ Distrito Federal. Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio Distrito Federal- Fercal* (PDAD/CODEPLAN 2018).

espaços de atuação da agência-negra na história do Brasil⁶. Assim, ao mapear os sujeitos, famílias, associações e organizações sindicais, torna-se possível implodir a categoria de “História Regional” em que a narrativa histórica sobre o DF esteve enclausurada, dando espaço a narrativas mais complexas, que dialoguem com a lógica nacional e transnacional, não se limitando às barreiras geográficas⁷.

A partir desse exercício historiográfico que busca dialogar com uma multiplicidade de sujeitos ao analisar as maneiras pelas quais as expressões das hierarquias de poder, sejam elas de raça, classe ou gênero, impactaram a vida destas pessoas⁸, conseguimos obter um cenário amplo a ser pesquisado, e que indica caminhos para uma análise voltada à questão da continuidade dos processos de disputa pelo exercício de uma cidadania plena, ou seja, as disputas em torno da cidadania realizadas no campo do cotidiano da população.

Nesse contexto de reconhecimento das dinâmicas e dos conflitos nacionais e seus respectivos impactos na vida das pessoas, é necessário realocar o território do Distrito Federal no imaginário coletivo, pois, apesar de ser um projeto calcado nas ideias desenvolvimentistas e modernistas, a população brasileira ainda vivenciava os impactos oriundos dos trezentos anos de escravização dos sujeitos negros e as precariedades em que esta população fora submetida no pós-abolição. Logo, o convite realizado por Juscelino Kubitschek para a construção da capital no centro-oeste apareceu no horizonte desses sujeitos como a possibilidade de construção de uma nova vida e um novo futuro, isto é, um local de subversão das condições vivenciadas anteriormente. Anunciada então como a capital da esperança, a cidade era um convite para os trabalhadores de diversas regiões do país, fato analisado na obra *Veredas de Brasília*, organizada por Nelson de Castro:

⁶ Cf. Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jun. 2004, pp. 170-198. As autoras analisam a importância do debate como instrumento para amplificar as narrativas sobre o passado, evidenciando a não intenção de desvalidar as análises sobre os projetos dominantes. Mostrando a maneira em que as pesquisas que lidam com as diversidades de projetos, anseios e desejos, conseguem agregar na construção de um cenário mais heterogêneo.

⁷ Álvaro Pereira Nascimento. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, Dez. 2016, p. 607-626. Para além da investigação sobre o “paradigma da ausência” como um problema histórico, o autor realiza uma discussão sobre as lacunas causadas pela invisibilização de sujeitos negros através da história. Evidenciando as estratégias tomadas pelos historiadores para quebrar o silêncio sobre a raça, mostrando os caminhos que estão sendo tomados pela História Social para a escrita de narrativas plurais.

⁸ Patricia Hill Collins. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade. estado*. Brasília, v. 31, n. 1, abr. 2016. p. 99-127.

O crescimento demográfico estava em plena expansão, acompanhando o ritmo febril das obras [...] Profissionais de classe média buscavam trabalho em atividades profissionais mais especializadas, principalmente de níveis técnicos e superior. De origem social e regional distintas, esses trabalhadores vinham na maioria do eixo Rio-Minas e mais secundariamente de Goiás. Quanto aos trabalhadores da construção civil, predominavam os nordestinos, com expressiva presença de mineiros e goianos das áreas rurais⁹.

A partir da identificação das origens destes trabalhadores, conseguimos ampliar nosso enquadramento de análise e perceber as ondas migratórias que constituíram o espaço do Distrito Federal, de modo que foi possível compreender os ofícios e as áreas que foram ocupadas por estes sujeitos. Percebemos, então, como esses fluxos migratórios foram direcionados para ofícios específicos, e mais do que isso: o aparecimento da classe como um elemento essencial para a designação da área a ser habitada no território. A classe então foi um dos elementos estruturantes da organização da arquitetura do Distrito Federal, de maneira que as primeiras vilas habitacionais já carregavam o signo de “Vilas Operárias”. Contudo, devemos ir além para entender as características das pessoas que constituíam a região, visto que a categoria de classe pouco nos informa sobre a formação racial desta população. Em outros termos, é necessário o exercício de um olhar que encare os trabalhadores desta época em toda sua complexidade, buscando entender como as relações de raça, classe e gênero estão diretamente interligadas na reprodução dos dispositivos de opressão.

O entendimento destas intersecções é essencial ao analisarmos o modo pelo qual as Vilas Operárias foram organizadas em todo o território do DF, visto que em 1959 a Vila Amaury já possuía a presença de 11,8% de pretos e 46,5% de pardos autodeclarados de acordo com o censo da época¹⁰. Há de se perceber que a Vila Amaury, também conhecida pelo nome de “Bananal”, foi o Setor Habitacional submerso em prol da criação do Lago Paranoá. Este tipo de expulsão e desapropriação pode ser lido como uma demonstração do que aconteceria com as outras Vilas Operárias nos anos seguintes, que foram afastadas do centro de Brasília por intermédio de dispositivos jurídicos que executaram a expulsão da população negativamente racializada das proximidades de Brasília. Como fica evidente, o Distrito Federal é um território marcado por uma política

⁹ Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010, p. 27.

¹⁰ IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. *Brasília: População, habitação, censo experimental, 17 de maio de 1959*. Conselho Nacional de Estatística, Núcleo de Planejamento Censitário. O Censo de 1959 de Brasília fora um experimento para o Censo nacional de 1960, é um estudo marcado por problemas metodológicos de alcance, e no quesito racial mais ainda, visto que a percepção do debate sobre raça nesta época é mediado pela negação do racismo, mas acreditamos que estas porcentagens podem ser um bom indicativo para tatear a população da Vila Amaury.

urbano-separatista voltada para os moradores do DF que carregavam os marcadores de raça e classe, visto que essa população foi constantemente afastada dos centros políticos e econômicos da capital.

1.2 CIDADES E CORPOS INDESEJADOS

Historicamente as denominadas remoções habitam um local específico nas narrativas sobre o Distrito Federal. Estamos falando de um não-lugar, de uma memória que nunca é trazida à tona nos discursos oficiais, pois fere diretamente a narrativa modernista que construiu Brasília. Esta memória das antigas vilas nunca conseguiu ser silenciada por completo, está constantemente pulsando e buscando emergir a todo momento, desde as falas dos mais velhos até os diversos rastros que as remoções deixaram por todo o espaço¹¹. São memórias fossilizadas, que revelam a existência de outro passado, e conseqüentemente de um futuro que fora encerrado. Futuro este que fora extinto através das mortes simbólicas e físicas das Vilas Operárias.

Afinal, quantas cidades desapareceram do mapa para a construção de Brasília? Vilas do I.A.P.I, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Morro do Urubu e do Querosene são nomes de Vilas que existiram próximas aos acampamentos e canteiros de obras de Brasília. Podemos então falar da existência de um complexo de favelas que demonstrava a face oculta da cidade, que era habitado por cerca de 80.000 habitantes¹².

Desta forma, defrontar-se com este passado, que fora ignorado e excluído das grandes narrativas, tem gerado novas perspectivas históricas sobre as tensões sociais vivenciadas no território do Distrito-Federal. Isto quer dizer que, por meio do estudo e contato com estes vestígios, torna-se possível a construção de uma narrativa focada no agenciamento de pessoas e movimentos populares. Assim, os debates oriundos do pós-abolição tem sido fundamentais na compreensão sobre o agenciamento de pessoas negativamente racializadas na luta por uma cidadania plena. Isto é, partindo do ato de

¹¹ Cf. *A Cidade é uma Só?* Direção: Adirley Queiroz. Produção: Idem. Brasil, 2013. O filme traz à tona uma série de memórias de pessoas que foram removidas das chamadas “invasões”, evidenciando a maneira em que a vida destes sujeitos foi impactada pela remoção.

¹² *Correio Braziliense*, 7 de nov. de 1971, p.5. Nesta época, percebemos o uso de várias terminologias para categorizar essas organizações habitacionais. Notamos o uso de palavras como “Invasões”, “Vilas Operárias” e “Favelas”. Entre essas, o uso de “favela” possui uma maior ocorrência quando inserida no contexto de “problema social”.

recapitular momentos em que esses sujeitos conseguiram marcar a existência e a resistência de gente negra diante dos limites impostos ao exercício de sua cidadania¹³.

Neste movimento de personificar e localizar os sujeitos que viviam nas Vilas Operárias do DF, posicionando-os como frutos de uma continuidade, como indivíduos inseridos em um contexto histórico nacional, aos poucos começamos a enxergar e a entender os espaços de ação e de disputa que eram possíveis para estes moradores. Nesse sentido, ao dialogarmos com o contexto nacional¹⁴, o caso do Rio de Janeiro é essencial para analisar as tecnologias utilizadas para efetivar as remoções dos complexos habitacionais que eram lidos como “favelas”¹⁵. Ora, se analisarmos o discurso que permeia o século XX em relação as favelas, iremos nos deparar com uma corrente pseudocientífica que busca classificar territórios de maioria negra como um “problema social”. Dessa maneira, todos os sujeitos que habitavam essas zonas passavam por um processo de patologização, que os posicionava como um empecilho à modernidade. De que sujeitos estamos falando? Através da investigação sobre os processos de migração que constituíram a população do DF, o historiador Guilherme Lemos constatou a existência de uma arquitetura segregacionista que organizou a nova capital do país e consequentemente afastou as pessoas negras do centro de Brasília:

A construção de Brasília estimulou um fluxo migratório e mobilizou famílias nordestinas, pretas e pardas, principalmente, em torno dos trabalhos na área da construção civil. A princípio, não existia um planejamento para a fixação desses homens e mulheres na nova capital e os reajustes no projeto urbano foram surgindo a partir das políticas de realocação dos assentamentos que se formaram na região central de Brasília. Dentre elas, a cidade de Ceilândia, fruto da remoção em 1971 de residentes da Vila do IAPI, e cujo nome tem origem na sigla da Campanha de Erradicação de Invasões (C.E.I.)¹⁶.

As remoções irão exercer o papel de controle social de deslocamento dos corpos indesejados das proximidades dos centros urbanos. Esta ação de controle, que atua por

¹³ Ana Flávia Magalhães Pinto. Vicente de Souza: Intersecções e Confluências na Trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*, v. 32, n. 66, 2019, pp. 267-286.

¹⁴ Cf. Josemeire Alves Pereira. *Para Além do Horizonte Planejado: Racismo e Produção do Espaço Urbano em Belo Horizonte- Séculos XIX e XX*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2019. A historiadora realiza um trabalho de investigação a respeito do silêncio sobre a agência negra nas narrativas históricas da cidade de Belo Horizonte. Neste processo de pesquisa, conseguiu mapear a presença deste mesmo fenômeno em outras cidades, sendo elas: Porto Alegre-RS, São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ.

¹⁵ Sidney Chalhoub. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Assim como fora ilustrado por Sidney no Rio de Janeiro, em Brasília também não havia um consenso quanto a nomenclatura dos territórios que existiam ao redor de Brasília. Através do contato com as fontes, percebe-se que os moradores das antigas vilas se referem a estas localidades como “Vilas” ou “Morros”. Em oposição à estas, a imprensa e as organizações governamentais utilizavam regularmente termos como—Favela e Invasões.

¹⁶ Guilherme Oliveira Lemos. De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*. v. 18, n. 18, 11.

meio da reprodução de estigmatizações e subalternizações, demonstra as tecnologias urbano-segregacionistas que estavam sendo utilizadas na época. Percebe-se então que o objetivo era a construção de cidades “racionais”, onde o corpo ocioso não teria espaço¹⁷. Logo, para Brasília construir-se como capital da modernidade, qualquer resquício de habitações que demonstrassem sua face oculta deveria ser removido¹⁸. O centro deveria se manter como sinônimo e significado direto da civilização, da modernidade e da tecnologia, em oposição ao território dos operários, teoricamente, onde não havia formas dignas de existência. Desta forma, a imprensa local foi um dos principais campos em que esses discursos foram tensionados e veiculados, tornando possível acessar algumas das discussões que circulavam pela época e causaram maior alvoroço, sendo o problema do “menor abandonado” e da “mão de obra ociosa” as principais:



Figura 1-A longa Viagem de Volta.
Correio Braziliense- 15 de abril de 1964, p. 6

¹⁷ O que demarcava e classificava as pessoas como mão-de-obra-ociosa? Poucos são os estudos que se dedicavam a analisar a porcentagem de pessoas em situação de desemprego. Percebe-se que essa ideia de mão de obra ociosa é ligada à ideia do trabalho-informal.

¹⁸ Cf. *Contrerâneos Velhos de Guerra*. Direção: Vladimir Carvalho. Produção: Idem. Brasil, 1992. Brasília, capital da esperança para quem? O documentário traz imagens e relatos de pessoas que tiveram suas trajetórias marcadas pela construção da cidade de Brasília, evidenciando o modo em que projeto modernista não conseguiu abarcar e assegurar direitos para as pessoas que construíram a cidade.

O plano de fundo aqui é o ano de 1964, nos primeiros dias de abril, logo após o golpe-militar, um momento em que o novo governo já demonstrava sua faceta autoritária, sendo a “Operação Retorno” uma de suas primeiras ações¹⁹. Esta remoção teve seu início no dia 14 de abril, às 16 horas na subprefeitura da cidade de Taguatinga, e fora viabilizada através dos ônibus fretados pela empresa da NOVACAP. A ação possuía como os primeiros alvos os trabalhadores do estado do Goiás, que foram direcionados para as cidades de Anápolis e Goiânia²⁰.

Este projeto visava realizar a remoção de sujeitos que estavam na condição de “mão de obra ociosa” e que, portanto, poderiam gerar problemas futuros para a sociedade. Esta fotografia do *Correio Braziliense* registra os marcadores sociais das pessoas que estavam sendo removidas, sendo elas visivelmente negras. O que isso nos revela? Em primeiro lugar, verifica-se que uma das primeiras atitudes tomadas pelo governo seriam as remoções dos corpos indesejados e desviantes das planícies da cidade de Brasília²¹. Em segundo, observa-se uma preocupação a respeito do futuro da cidade, de modo que a presença dos candangos é lida como uma incubação de marginalidade e incivilidade, ou seja, um empecilho para a sociedade brasiliense²². A Operação Retorno buscava realocar cerca de 6 mil trabalhadores para suas regiões de origem. Esta ação foi integralmente divulgada nos jornais da época, incluindo a visão de alguns gestores sobre a situação, como podemos ver no trecho abaixo a fala do Chefe da Fundação do Serviço Social:

A operação retorno está sendo revestida do mais completo êxito, uma vez que além de livrar Brasília de uma mão de obra que estava se constituindo em um sério problema social, a operação atuará psicologicamente junto aos estados da federação de modo a impedir a vinda de novos desempregados. Explicou que somente a chegada de um candango ao seu estado de origem desencorajará a vinda de centenas de novos desempregados para a Capital da República²³.

Como fica evidente, a Operação Retorno foi uma política bem estruturada, patrocinada pela Fundação do Serviço Social e pela Superintendência Geral de Segurança

¹⁹ *Reintegração de Posse: Memórias e Histórias da População Negra no Distrito Federal (2019)*. Por meio do trabalho no Arquivo Público do DF, tivemos acesso a algumas documentações sobre a “Operação Retorno”. O contato com esta exposição fora essencial para a construção deste trabalho.

²⁰ *Correio Braziliense*, 15 de abr. de 1964, p. 6

²¹ Devido à presença massiva de propagandas veiculadas nos canais de comunicação da época, trabalhadores de todo o Brasil vieram para Brasília no anseio de construir seus sonhos. Esta circulação de pessoas, tornou-se um problema no momento em que as grandes construções haviam sido encerradas, e o Estado brasileiro não conseguiu enxergar espaços de participação na sociedade para estas pessoas para além da mão de obra na construção civil.

²² Cf. Guilherme Oliveira Lemos. De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo...* O autor realiza uma análise sobre a maneira em que a categoria de “candango” é direcionada para os trabalhadores racializados. Gerando uma reflexão sobre o modo em que as categorias de candangos e sertanejos, podem eclipsar os marcadores raciais destes trabalhadores.

²³ *Correio Braziliense*, 20 de mai. de 1964.p.8

e Interior da Prefeitura do Distrito Federal. Uma ação que buscava não somente a remoção dos trabalhadores, como também inibir a vinda de pessoas em situação de desemprego de outras regiões do país. O que se percebe é a existência de uma política organizada que visava manter a ordem da cidade de Brasília, através da classificação de populações e regiões, exercendo, então, a função de categorizar os sujeitos que poderiam representar uma ameaça à segurança da capital, diagnosticando, assim, o território negro e o corpo negro como um inimigo a ser combatido em prol do progresso da cidade de Brasília.

A história conturbada das remoções de pessoas não se encerra com a Operação Retorno, pois o que se viu nos próximos anos foi o desenvolvimento de novas práticas de remoção e desapropriação. Estas ações tiveram apoio da sociedade civil e da imprensa local. As páginas de jornais foram a plataforma em que o caráter psicológico apareceu através das narrativas veiculadas, tornando-se mais evidente o processo de criação de um “inimigo”:

Em Brasília formas modernas visam acima de tudo, um meio de prevenção, isto é criar condições de trabalho, de estudos de diversões e total ocupação de físico e da mente humana [...]. Criar condições para que a comunidade se desenvolva, assumindo seu papel de sujeito de seu próprio desenvolvimento é a atividade básica do serviço social. Compreende-se assim, por desenvolvimento o aumento quantitativo dos bens e serviços à disposição de uma comunidade, e principalmente a combinação de mudanças mentais e hábitos sociais—de uma população que a torna apta a fazer crescer cumulativa duravelmente seu produto real global²⁴.

O trecho acima ilustra como os órgãos de Serviço Social enxergavam as populações das chamadas “invasões”, evidenciando as representações que eram agenciadas nas narrativas sobre a periculosidade que os terrenos hegemonicamente negros representavam para a moderna sociedade do Distrito Federal. O que fazer com essa população então? Estes territórios deveriam ser removidos, afastados e reformados para que ocorresse um processo de desenvolvimento dos hábitos sociais e mentais da população que vivia nas cidades de barro²⁵. Existia então, uma urgência para que estas ações de remoção fossem realizadas o quanto antes, considerando que se ocorresse a permanência destes hábitos considerados danosos, a sociedade futuramente poderia entrar em colapso. Chama a atenção o discurso paternalista mobilizado pela Secretária de Serviço Social, que posicionava a população das antigas Vilas Operárias como sujeitos a serem guiados para a civilização, e que em razão da ausência de estruturas do estado

²⁴ *Correio Braziliense*, 17 de abr. de 1971, p.17.

²⁵ Uma característica marcante do território do Distrito Federal nesta época é a presença do concreto e do asfalto unicamente na cidade de Brasília, as outras Vilas eram reconhecidas por ser um terreno de barro, sem asfalto e com restrito acesso à água.

nestas localidades, ainda possuíam hábitos primitivos. Desta forma, mais uma vez serão agenciados discursos, em que os modos de vida dos trabalhadores serão categorizados como uma ameaça à segurança pública, por conseguinte, uma forma de vida do passado, que deveria deixar de existir para dar local à modernidade, como podemos ver na manchete abaixo sobre o aniversário de dez anos da cidade de Brasília:



Figura 2- Brasília: uma sociedade para o futuro.
Correio Braziliense, 17 de abril de 1971, p.17.

Diante das imagens que nos foram apresentadas, aos poucos, vamos acessando as questões que estavam postas para a sociedade da época: o medo dos territórios negativamente racializados saírem do controle. Essa neurose é constituída principalmente por uma relação binária-maniqueísta, em que toda forma de existência é facilmente enclausurada na métrica entre o bem e o mal, civilizado e primitivo, racional e irracional, passado e futuro²⁶. Percebe-se, então, a forma em que esta régua civilizacional enquadra

²⁶ Este trecho fora escrito guiado pelas reflexões sobre as ações, conscientes e inconscientes, que buscam fixar a imagem de sujeitos negros como símbolos de uma não-humanidade. Visitar: Frantz Fanon. *Peles Negras Máscaras Brancas*, EDUFBA, 2008; Achille Mbembe. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014; Grada Kilomba. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

o território do Distrito-Federal e promove a divisão entre a cidade de Brasília concretada e os espaços das cidades satélites, de chão de barro. Uma divisão que opera e toma força através da cientificidade dos estudos sobre a cidade, que serão a base para reformulações de políticas públicas da época. Esses estudos reproduziam narrativas separatistas e biologizantes da condição vivenciada nestes complexos habitacionais, visto que os discursos mobilizados eram totalmente diferentes de acordo com a região a ser analisada.

Desta forma, o Distrito Federal é um território moderno, mas que nasceu de um país com bases escravistas e que propiciou a interdição de sujeitos negros no pós-abolição através dos dispositivos de racialização. Vale salientar que retomar os impactos do racismo na estruturas da sociedade brasileira se faz necessário, para que assim seja possível compreender a historicidade do exercício da violência sobre os sujeitos racializados. O que se percebe no caso do DF é a maneira como o estado enxergou uma incompatibilidade dos corpos de trabalhadores negros em face do projeto modernista. Considerando a bibliografia extensa sobre os dispositivos de controle, faremos uma análise sobre o uso da violência simbólica e física sobre os territórios de maioria negra do Distrito Federal, visto que as festividades da primeira década da capital revelaram a presença de um sentimento de insatisfação sobre as formas que a cidade estava tomando, como vimos na manchete acima.

A resposta para esta insatisfação se deu mediante a intervenção e a remoção das Vilas Operárias do mapa da cidade. Estas ações foram pautadas num discurso paternalista por parte da Secretária de Serviço Social, que assegura que por meio das remoções os trabalhadores estariam sendo guiados para regiões com maior acesso aos direitos sociais. Desta forma, os moradores das Vilas Operárias, que debitaram no território do DF um local possível para a construção de seus sonhos, foram obrigados a migrar novamente.

1.3 CENÁRIO DE GUERRA: SOBRE REMOÇÕES E REALOCAÇÕES GEOGRÁFICAS

Nas décadas de 1960 a 1970, Brasília teve dois problemas sociais de grande repercussão: as favelas e o problema do menor abandonado. A solução está tomando forma na Secretaria de Serviços Sociais²⁷. O prenúncio da elaboração das políticas de remoção fora feito, estava estabelecido que a Secretária de Serviços Sociais iria trazer

²⁷ Trecho retirado da matéria. *Correio Braziliense*, 17 de abr. de 1970, p.17.

uma solução para o problema que assolava a capital. No caso, para além dos discursos civilizadores e humanitários que a campanha exibia, estava munida também de uma justificativa científica, a qual diagnosticava a região ocupada pelas Vilas como áreas que feriam a faixa de segurança sanitária²⁸.

As ações de remoção contra Vila do I.A.P.I ocorreram no ano de 1971²⁹, um ano após o aniversário de dez anos da cidade de Brasília. Cerca de 10.313 barracos e 61.878 pessoas foram removidas de acordo com os jornais da época, os quais reafirmavam o histórico dia em que a maior favela do Brasil fora extinta do mapa³⁰. Vilas Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Querosene eram os nomes dos bairros que constituíam a cidade do I.A.P.I, território que era reconhecido pela recepção dos trabalhadores que vieram para a construção da cidade, e que habitavam aquele local principalmente pela proximidade com os canteiros de obra. Uma cidade de maioria negra que teve sua existência apagada do mapa de Brasília.

Estas remoções foram realizadas através de uma promessa para a população da Vila: conduzir estas pessoas para um local melhor, com acesso a água, luz, transportes, mercados, escolas e postos de saúde. Tudo isso por um preço justo a ser pago pelos próprios moradores, algo que podemos observar nas matérias da época que saíram no *Correio Braziliense*:

São milhares de criaturas que ameaçam de contaminação a seus próprios parentes e aos moradores de Brasília, vivendo na mais rústica maneira, sem higiene e sem os princípios básicos de conforto. Estas invasões são um perigo para os seus invasores e para a belíssima Brasília, ameaçada de contaminação nas águas do Lago. Em Taguatinga, uma nova área está sendo febrilmente preparada para receber os invasores, que ali terão água, luz, mercado, transportes, escolas, postos de saúde – numa palavra – o sentido de civilização que esta enorme população merece³¹.

Como podemos ver, estas ações de desterro foram apoiadas pela alta-sociedade da época, considerando que discursos como estes eram comuns nas páginas de jornais. Desta forma, uma estratégia que fora utilizada pelo Governo do Distrito Federal para conduzir o processo de remoções da população das Vilas Operárias para um território distante dos

²⁸ Discussão realizada por Guilherme Oliveira Lemos, em Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*.... Neste artigo o autor pontua a contradição presente no pretexto utilizado para realizar as remoções das Vilas, o qual acusava a Vila do I.A.P.I de ferir a faixa de segurança sanitária. O discurso de preservação das águas e do Lago Paranoá foi agenciado como dispositivo de expulsão dos moradores, mas como pontua bem o autor— Se a Faixa de Segurança Sanitária tinha como alvo a preservação do Lago, por que só se executaram as obras de tratamento de água depois dos anos 90?

²⁹ *Cronologia do pensamento urbanístico*. Universidade Federal da Bahia, acesso em 30 de junho de 2020.

³⁰ *Correio Braziliense*, 7 de nov. de 1971, p.5.

³¹ *Correio Braziliense*, 19 de ago. de 1970, p.4.

arredores do Plano Piloto, foi a criação de uma campanha publicitária—Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Esta campanha foi conduzida por senhoras da alta sociedade, que utilizavam de discursos que desumanizavam as habitações existentes no território das Vilas Operárias e prometiam conduzir estas pessoas para um território mais civilizado³².

O povo não cedeu de primeira, mas muitos depositaram na ideia da remoção uma possibilidade de melhora para sua vida, principalmente pela promessa de um lote regularizado a preço justo. Sendo assim, a resolução nº 71/75, publicada no Diário Oficial de 29 de julho de 1971, garantia o preço de cada lote entre 600 e 3 mil cruzeiros³³, preço este que fora considerado justo para a população da época, que contava com a garantia de um pagamento parcelado em longo prazo.

Esta nova Cidade Satélite estaria localizada a cerca de 35 km do centro de Brasília, e foi batizada com o nome da campanha que executou as remoções: Campanha de Erradicação de Invasões (CEI)³⁴. Afastada das planícies modernas e concretadas, os antigos moradores da Vila, ao chegar na cidade prometida, descobriram um território de cerrado baixo, com nenhuma estrutura para recepcioná-los, sem acesso a nenhum direito básico de sobrevivência. Esta foi a forma pela qual remoção foi realizada, obrigando os moradores da Vila a saírem de seu território, e deixando-os sem nenhuma estrutura na cidade de Ceilândia, como relata Hermínio Ferreira da Costa, no filme *Conterrâneos Velhos de Guerra*:

Isso aqui era mata, não era mata alta, era um cerrado baixo, mas fazia mato, não tinha reforço nenhum, só tinha terra e capim. Então a gente chegou aqui, com chuva, com toda a dificuldade, não tinha transporte, não tinha energia, não tinha água pra vender, e não tinha recurso nenhum. Então, a gente chegou, despejado aqui dentro do capim, tomando sol, tomando chuva. Em primeiro lugar, no dia que eu cheguei ali, a par das quatro horas da tarde, quando despejou o caminhão com a mudança[...]. E a chuva caindo por cima, eu tinha 9 meninos, e mais dois sobrinhos que estavam comigo aqui nessa época, passamos a noite sentado acocados, uma hora descansava numa perna, outro na outra, e de vez em quando as lacraias passando por cima da gente³⁵.

O relato fornece imagens sobre as adversidades que essa gente passou nos primeiros anos da cidade-satélite de Ceilândia, abandonados pelo estado, sem nenhum

³² *A Cidade é uma Só?* Direção: Adirley Queiroz. Produção: Idem. Brasil, 2013.

³³ *Correio Braziliense*, 8 de nov. de 1980, p.12.

³⁴ BRASÍLIA (DF). *Lei Orgânica do Distrito-Federal*. Art. 10, de 08 de jun. de 1993. Esta lei organiza o território do Distrito Federal em “RA’S”, com o objetivo de estabelecer maior descentralização administrativa. No campo social, esta Lei promoveu discussões em torno da questão da mudança da nomenclatura das regiões do DF, pois as antigas “Cidades-Satélites” passaram a ser chamadas “Regiões Administrativas”. Algo que apagava a historicidade dos termos que organizavam o território do Distrito Federal.

³⁵ *Conterrâneos Velhos de Guerra*. Direção: Vladimir Carvalho. Produção: Idem. Brasil, 1992.

tipo de assistência para a construção de suas habitações, possuindo somente direito à água distribuída pelos caminhões pipas. Apesar de todas as adversidades presentes nesta chegada, o povo negligenciado pelo governo usou das múltiplas formas de resistência para conseguir construir e edificar este novo território³⁶. Não à toa, as organizações religiosas, sindicais, escolares e grupos culturais possuíram um papel fundamental nos primeiros anos da cidade, pois através destas associações foi possível construir locais de encontro, e espaços de troca, para juntos conseguirem sistematizar suas demandas.

³⁶*Voz de Ceilândia*, ano 1, nº 1, Ceilândia, out.-dez 1981. Nesta primeira edição, os Incansáveis Moradores da Ceilândia realizaram um balanço sobre a história da cidade, pontuando a forma em que os moradores foram abandonados logo após as remoções de 1971. O jornal assinala a necessidade de fortalecer as organizações comunitárias, evidenciando o potencial presente neste tipo de organização.



CAPÍTULO 2 – CONTROLE E VIGILÂNCIA NAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, UM ESTUDO DE CASO: OS INCANSÁVEIS MORADORES DE CEILÂNDIA

Ao investigar as práticas de associativismo dos moradores da cidade de Ceilândia no Arquivo Público do DF (ArPDF), deparamo-nos como uma série de documentos a respeito da presença dos órgãos de Segurança e Inteligência atuando na produção de dados sobre as cidades satélites. Ou seja, isto significa que os moradores das cidades periféricas do Distrito Federal possuíam seu cotidiano diariamente monitorado por agentes de segurança que transitavam por todo o território, atuando no mapeamento de pessoas, trajetórias, sindicatos e associações.

Desta forma, para entender quais eram os objetivos e os principais alvos da espionagem na cidade de Ceilândia, este capítulo dedica-se a analisar a ação de investigação que ocorrera sobre a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC), uma associação de bairro que buscava garantir a regularização dos lotes e melhoria da condição de vida dos moradores da cidade. Para isso, é proposta uma investigação sobre o contexto social vivenciado na cidade nos anos 1970 por meio da análise de documentos oficiais da Secretária de Segurança Pública (SSP) e do Centro de Informações do Exército (CIE). Estas documentações foram coletadas por intermédio do acesso às bases documentais do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), Arquivo Nacional e Hemeroteca Digital Brasileira, arquivos que também viabilizaram o encontro com uma diversidade de imagens e jornais do período.

2.1 OS PRIMEIROS ANOS DE CEILÂNDIA

No ano de 1971, inúmeras famílias foram removidas de suas habitações na Vila do I.A.P.I para a cidade satélite de Ceilândia por meio das políticas de desfavelização das áreas próximas ao Plano Piloto. Desta forma, cerca de 80 mil pessoas tiveram suas vidas afetadas pelas remoções organizadas pelo Governo de Brasília, que as posicionou a 35 km de distância do centro da capital. Esta operação urbano-segregacionista despejou a população das Vilas Operárias em um território de cerrado baixo, sem nenhum tipo de

infraestrutura e à mercê de sua própria sorte. Como vimos anteriormente, estas remoções foram alimentadas por um discurso de apelo social por parte do governo e da imprensa, que diagnosticavam a Vila do IAPI como um problema a ser resolvido.

Nesse contexto, é importante lembrar que a mão de obra dos moradores das Vilas Operárias foi essencial para a edificação da capital, pois teriam sido os primeiros trabalhadores a chegar no território em busca da construção de uma vida melhor, algo que lhes fora prometido pelo presidente Juscelino Kubitschek. Entretanto, as promessas de qualidade de vida não se concretizaram para a população de Ceilândia, visto que mesmo após as remoções os trabalhadores continuaram em uma situação crítica – abandonados pelo Estado, sofrendo com a ausência de água, saneamento, luz e asfalto.

Assim, para lidar com o campo de despejo que se tornara o território de Ceilândia, os trabalhadores que já possuíam vínculos desde as remoções buscaram se organizar por meio de coletivos comunitários, em uma tentativa de reestruturar o território que lhes fora concedido. Nesse cenário, os mutirões apareceram com uma alternativa para acelerar o processo de construção das habitações provisórias, considerando que neste primeiro momento os moradores não possuíam orçamento suficiente para custear a construção de casas de alvenaria. Nota-se que estas movimentações em torno da construção das habitações provisórias foram documentadas pelo *Correio Braziliense*:

A perspectiva de uma mudança para melhor entusiasmou, igualmente os 80 mil habitantes da invasão do IAPI. Água, energia elétrica, serviço de transportes urbanos, boas escolas e a possibilidade de adquirir um lote a preço módico e a longo prazo, assim como a viabilidade de construir uma casa de alvenaria, com financiamento da Caixa Econômica, mediante o sistema de ajuda mútua (mutirão), criaram entre os moradores do IAPI um clima de euforia e esperança. Houve, no entanto, uma certa precipitação na mudança. Melhor diríamos que ela começou a ser feita com flagrante desorganização. Desmantelaram-se os barracos na Vila do IAPI para serem remontados na Ceilândia. Tábuas apodrecidas e velhas e móveis da mesma idade e similar condição foram jogados nos caminhos, ao tempo, juntamente com os seus modestos donos³⁷.

O trecho ilustra a maneira como as remoções aconteceram, evidenciando o modo pelo qual o governo realizou a transferência destas pessoas por meio de uma política que visava somente a remoção das favelas das proximidades do Plano Piloto. Uma vez que não houve planejamento por parte das organizações do Estado para garantir a dignidade destes moradores no novo complexo habitacional, algo que lhes fora prometido no momento das ações de remoção. Portanto, os mutirões se tornaram uma manifestação da coletividade das cidades satélites, que por meio do associativismo conseguiram garantir

³⁷ *Correio Braziliense*, 30 de mar. de 1971, p.4.

a construção de habitações provisórias, e posteriormente ajudaria na edificação das residências de alvenaria e de outras estruturas da cidade, como calçadas, jardins e praças:

Um hábito muito generalizado em nossa zona rural tem sido estimulado também para a montagem daquelas casas provisórias: o chamado mutirão. Em determinados dias, todos se reúnem e cuidam de um só barraco que é assim terminado com brevidade e menor esforço. Aquele que foi beneficiado com um barraco feito em tão pouco tempo depois vai ajudar os outros, em futuros mutirões. Sistema comunitário e cooperativista dos mais salutareis e elogiáveis³⁸.

Por um lado, as ações de coletividade que ocorreram neste momento evidenciaram a união e esforço deste povo para construir uma nova cidade e significar aquele território como um espaço digno. Por outro, estas ações também demonstraram a maneira como a cidade de Ceilândia fora um território negligenciado pelo Estado, visto que, não fosse pelo esforço coletivo, as estruturas de habitação não teriam chegado à cidade satélite. Esta relação de mutirão que foi estimulada pelo Estado ainda possuía uma face oculta: a utilização de mão de obra não remunerada em obras públicas.

À vista disso, Safira Bezerra Ammann, que chegou a acompanhar o movimento argumenta:

Ceilândia não era mais um ponto perdido no planalto central. O cerrado foi desbravado, a cidade edificada e parcialmente urbanizada, graças principalmente ao trabalho não pago de seus moradores, mobilizados pelo Estado através do mutirão. Mesmo a arborização das ruas e a abertura de esgotos se realizaram mediante o sobretrabalho gratuito extraído dos moradores. Os serviços de urbanização, ao acentuarem a renda diferencial do solo urbano, funcionavam como adicional fator estimulante para a desenfreada especulação imobiliária que se desenvolve no Distrito Federal³⁹.

Ou seja, estes moradores que já possuíam uma carga de trabalho em seus respectivos ofícios deveriam oferecer a mão de obra gratuita para o governo de Brasília, pois esta foi a condição ofertada pelo Estado para a construção das estruturas básicas de habitação para a cidade de Ceilândia. Portanto, estas pessoas deveriam guardar dias da semana para o trabalho em obras públicas, como podemos perceber na fotografia desta reportagem do jornal *Correio Braziliense* de 1974:

³⁸ *Correio Braziliense*, 3 de nov. de 1971, p.4.

³⁹ Safira Bezerra Ammann. *Movimento Popular de Bairro, de frente para o Estado, em busca do Parlamento* Cortez Editora, 1987, p.73.



Figura 3- A luta Pela Água. *Correio Braziliense*- 3 de dezembro de 1974.p.1

Podemos observar nesta fotografia o modo como a família foi convocada a participar dos mutirões em torno da construção das estruturas de água para a cidade satélite, uma ação que contava com todos os tipos de corpos, de crianças a adultos. Em outros termos, até o fornecimento de água para a cidade fora construído a partir da mão de obra não remunerada de seus moradores.

Portanto, se a cidade de Ceilândia conseguiu se desenvolver e se tornar a maior cidade satélite do Distrito Federal, isso se deu principalmente por meio da ação coletiva de seus moradores, que utilizaram de todos os meios possíveis para conseguir reestruturar e construir aquele território que fora feito para ser um campo de despejo⁴⁰. A história de Ceilândia é também a história de seus moradores, pois por meio do associativismo estas pessoas conseguiram garantir a dignidade do território, a despeito de toda interdição que fora mobilizada pelas forças estatais.

⁴⁰ Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960. Por meio de seu relato, a autora realiza uma reflexão sobre o contexto vivenciado pelos moradores da Favela do Canindé, em São Paulo. Devemos lembrar que a condição que foi descrita em seu livro é bastante similar a situação das periferias de todo o Brasil, como por exemplo o território da Ceilândia, que também foi construído para ser um quarto de despejo—um espaço para despejar todos aqueles sujeitos que foram lidos como indesejáveis.

2.2 CEILÂNDIA, UMA CIDADE EM EFERVESCÊNCIA POLÍTICA

Oito anos após as remoções que deram origem à cidade satélite de Ceilândia, o Governo de Brasília elaborou um plano definitivo para a legalização dos lotes da cidade. A execução do plano estaria nas mãos da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, empresa pública do governo que atuava na venda de imóveis de propriedade estatal no Distrito Federal. Vale salientar que este seria um passo importante para a população da cidade, visto que por meio destes processos as escrituras seriam finalmente formalizadas, garantindo, assim, a posse definitiva dos terrenos para os moradores.

Nesse contexto, o povo contava com os preços que foram estabelecidos no processo das remoções por meio da Resolução n. 71/75 do ano de 1971⁴¹, momento este em que o governo havia se comprometido a realizar a legalização dos lotes a preço justo, ou seja, por meio de um valor que fosse compatível com a realidade daqueles trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Entretanto, somente no ano de 1979 o povo da cidade de Ceilândia foi notificado sobre a existência de um processo definitivo para a legalização dos lotes daquela cidade.

O conflito iniciou-se naquele ano, pois ao buscarem informações sobre o valor que a TERRACAP estava cobrando para efetivar a legalização dos lotes, a população se deparou com um valor exorbitante, que não condizia com a realidade social daquela cidade, muito menos com o valor que os moradores poderiam pagar:

Chegaram em 1971, removidos da Vila do IAPI: “Naquela época, todo mundo sofreu junto, muita gente morreu, muita gente ficou doente pelo resto da vida. Mas teve gente que pagou 800 conto pelo lote, e conheço comprovante de quem pagou 600 conto pelo lote. Por que a gente vai pagar até 51 milhão agora? Em 1973, a SHIS e o Grupo de Estudos para a Consolidação de Ceilândia deram para os lotes um preço que variava de 1.000 a 2.500 cruzeiros, conforme a publicação em Diário Oficial da época. Nessa ocasião, um carro com alto falante percorreu a cidade e convocou os moradores para regularizarem seus lotes. Cerca de cinco mil fizeram isso. Reclamam que, depois disso o Governo Federal não fez mais nenhuma convocação: “Quando a gente ia lá eles falavam que era pra gente esperar que eles chamavam ‘depois’”. E chamaram: de 1977 para cá, a Terracap iniciou uma nova chamada para quitação de lote por lote. Mas o preço agora é diferente, está entre 31 e 51.000 cruzeiros⁴².

⁴¹ *Correio Braziliense*, 7 de jan. de 1980, p. 6.

⁴² *Correio Braziliense*, 16 de out. de 1979, p. 16.

No dia 16 de outubro de 1979, o *Correio Braziliense* trouxe à tona o drama vivenciado pela população da cidade satélite nas páginas do jornal: “Moradores querem pagar menos por lote em Ceilândia”. Esta reportagem apresentava um breve histórico da trajetória da cidade por meio de relatos dos moradores, que evidenciaram a importância da legalização dos lotes para aquela gente e o medo existente da possibilidade de outra ação de despejo: “E agora que “melhorou um pouco”, agora que o sofrimento e o trabalho de muitos anos começou a reviver o sonho de uma vida melhor, o povo de Ceilândia vive novamente a ameaça de ser “despejado” como boi solto no capim⁴³”.

Percebemos, então, a continuidade do exercício dos dispositivos de segregação urbana atuando diretamente na organização do espaço das cidades satélites, pois, nem mesmo morando em territórios concebidos por intermédio das remoções, estes sujeitos estariam a salvo das práticas de higienização dos espaços. Sendo assim, nesse contexto de ameaça de uma nova desterritorialização, os moradores se reuniram em organizações para lidar com o problema dos lotes.

Nessa conjuntura, a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC) aparece como uma organização de base⁴⁴, formada pelos próprios moradores e disposta a lutar pelo valor justo a ser cobrado no processo de legalização dos lotes:

A luta da população da Ceilândia que não tem ainda seus lotes regularizados está sendo organizada pelos próprios moradores, que formaram a “Comissão dos Incansáveis Moradores de Ceilândia”. Eles estão fazendo um abaixo assinado que será entregue ao Governo do Distrito Federal e à Terracap, nos seguintes termos: “Nós abaixo-assinados, moradores de Ceilândia, entendendo que não é justo pagar o preço que está sendo cobrado hoje pelos nossos lotes, decidimos lutar para que os preços antigos sejam mantidos”⁴⁵.

Como podemos perceber, Os Incansáveis foram uma das organizações de moradores da Ceilândia que conseguiram estruturar uma frente de combate às práticas de segregação urbana que estavam sendo desenvolvidas no território ceilandense pelo Governo do Distrito Federal. Este grupo usou dos vários dispositivos de luta em busca de maior adesão popular, portanto, inúmeros são os rastros que esta associação deixou por todo o território do DF, considerando que dialogava com outras associações de bairro, políticos, militantes, sindicatos e jornais da grande imprensa.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ A trajetória da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia será objeto de atenção especial no Capítulo 3.

⁴⁵ Ibidem.

O contexto da época de acirramento da disputa pelos lotes a preço justo abriu um campo de tensionamento social por todo o Distrito Federal, de maneira que o relato sobre o aparecimento da associação dos Incansáveis foi um dos primeiros registros das várias associações que irão surgir neste período⁴⁶. Estas organizações vão estar diretamente engajadas com a política de bairro, atuando no desenvolvimento das cidades satélites por meio da promoção de espaços políticos, tornando-se locais onde se discutia sobre educação, saúde e segurança pública⁴⁷. Chama a atenção o modo como estes sujeitos por meio do agenciamento coletivo conseguiram explicitar as desigualdades sociais existentes nos territórios das cidades satélites, evidenciando como estes territórios eram negligenciados pelas organizações governamentais, revelando, assim, a discrepância existente entre o Plano Piloto e as Cidades Satélites.

2.3 SOBRE A VIGILÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE CEILÂNDIA (ASSIMOC)

O reconhecimento das experiências de associativismo que ocorreram nas cidades satélites corrobora a construção de um repertório sobre o passado da cidade que permite o posicionamento do foco nos diversos espaços de ação política que foram protagonizados pelos moradores do Distrito Federal. Isso viabiliza a quebra da narrativa hegemônica focada nas experiências dos grandes centros de poder, que só dialoga com as memórias do Plano Piloto. Nesse esforço de compreensão dos diversos espaços políticos que foram ocupados por associações de bairro, o Arquivo Público do DF (ArpDF) é um dos locais centrais para o contato com os vestígios destas experiências do passado.

Ao lidarmos com o acervo do Arquivo Público do DF, deparamo-nos com uma série de documentos sobre a presença de agentes de segurança atuando no mapeamento e na vigilância de entidades como, por exemplo, organizações sindicais, religiosas,

46 Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI PES 2330.p.57. Nomes de Associações que foram mapeadas pelos Serviços de Inteligência: Associação dos Inquilinos da Ceilândia, Associação de Moradores da QNG, Associação de Moradores da Vila Maestro, Associação de Moradores da Ceilândia Centro, Associação de Moradores da Vila da CEB. Estas são algumas das 23 associações que foram mapeadas no ano de 1981, é necessário reiterar que este número vai crescer no decorrer da década de 80.

⁴⁷ *Correio Braziliense*, 5 de mar. de 1983, p. 2. Nesse dia o jornal apresenta uma matéria sobre o sucesso que foi o “Seminário sobre Saúde”, coordenado pelos Incansáveis. Segundo o relato, compareceram no encontro cerca de 150 pessoas, contando com a presença de representantes do Sindicato dos Médicos, Sindicato dos Enfermeiros e da Secretaria de Saúde.

culturais, movimentos negros e associações de bairro⁴⁸. Este primeiro contato trouxe à tona documentações sobre figuras históricas que são constantemente invisibilizadas nas narrativas hegemônicas sobre o período comumente definido da ditadura militar. O contato com o universo documental do arquivo evidenciou a ausência de uma produção historiográfica consolidada sobre organizações políticas em territórios periféricos durante o período.

Portanto, especialmente os documentos oriundos da Secretária de Segurança Pública do DF (SSP-DF) permitem ampliar nossos horizontes de análise sobre as experiências do passado, pois por meio das características apresentadas nos documentos como: circulação, níveis de periculosidade e fidedignidade das informações coletadas⁴⁹, torna-se possível acessar não somente os rastros e vestígios destas organizações políticas, como também a maneira pela qual o Serviço de Segurança atuava no território do Distrito Federal.

Contudo, ao lidarmos com esta documentação produzida sob o signo da espionagem, é necessário refletirmos também sobre as lacunas que foram geradas na disponibilização dos documentos, fenômeno observado por Daniel Faria e Mateus Gamba:

Todo acervo é evidentemente lacunar, pois memória e história implicam seleção. Nem tudo pode ser guardado – isso é tão óbvio que parece dispensar mais tempo de reflexão. A questão aqui não se refere, contudo, à espera por um acervo supostamente completo, e sim à problemática dos inúmeros gestos que produzem as lacunas, destacando-se que não há apagamento completo, porque o próprio gesto de produção da lacuna deixa seus vestígios. No caso da documentação em pauta, há uma evidente discrepância entre a quantidade de fichas remissivas e a documentação propriamente dita. Por um lado, tais fichas são, por si mesmas, fonte de informação: elas apontam para algo que não se pode encontrar⁵⁰.

⁴⁸ A ida ao Arquivo Público do DF fora impulsionada por um PROIC de alunos da História. Orientados pela Professora Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto, realizamos um trabalho de reconhecimento das diversas presenças negras que foram registradas no arquivo através da História do DF. Esta ida ao arquivo para além dos projetos de Programa de Iniciação Científica, possibilitaram a construção da exposição *Reintegração de Posse: Memórias e Histórias da População Negra no Distrito Federal* (2019).

⁴⁹ Cf. Carlos Fico. Como eles agiam. *Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 95. A leitura do livro fora fundamental para a compreensão das estruturas dos Serviços de Informações

⁵⁰ Daniel Faria e Mateus Gamba Torres. *Uma história feita de retalhos: o acervo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 39, n. 80, p. 15-36, abril 2019. Fruto da elaboração de um parecer favorável à abertura do Acervo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, o artigo foi essencial na elaboração desta pesquisa, pois conseguiu instrumentalizar nossos olhos frente os dossiês que estávamos lidando. Entendendo principalmente os silenciamentos, as ausências e limites do arquivo frente a construção de uma pretensa verdade-histórica.

Isto posto, ao nos lançarmos no exercício de um olhar crítico sobre as fontes presentes no ArPDF, devemos estar cientes de suas limitações e dos mundos possíveis que podem ser apresentados a partir de pesquisas comprometidas com os usos do passado para a construção de uma memória plural sobre a história do Distrito-Federal.

Por isso, tatear as documentações da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia se mostra um exercício complexo, pois devemos ter em mente que estamos trabalhando com uma produção documental gerada através da ótica dos agentes de segurança que atuavam naquele território como invasores, realizando uma cartografia para os Serviços de Informações. Mas o que era colhido e qual era o objetivo?

No primeiro contato, percebemos uma quantidade significativa de documentos soltos e incompletos, ou seja, uma documentação repleta de fragmentos e que possuía as características diagnosticadas por Daniel Faria e Mateus Gamba, o que passava pela discrepância na quantidade de fichas remissivas e a documentação propriamente dita. Nestas fichas, foi possível notar a presença de um esforço dos agentes de segurança em mapear o nome, endereço e placas de carros dos sujeitos que estavam envolvidos nas movimentações em prol da legalização dos lotes. Existia, então, um esforço para estruturar uma rede de conexões entre os sujeitos envolvidos nas disputas. Isto é, nota-se um empenho para entender o trânsito que estas pessoas realizavam, atentando para o fato de que os sujeitos envolvidos nas associações de bairro circulavam por vários espaços políticos, como associações religiosas, sindicais e outros grupos de bairro.

Outra característica presente nos Informes que foram produzidos sobre os Incansáveis é a mudança do “assunto” da investigação, espaço este reservado para o preenchimento por parte dos agentes de acordo com os conflitos que estavam sendo observados. Logo, devemos ter em mente que este espaço do “assunto” era utilizado para diagnosticar as movimentações que estavam sendo analisadas, e conseqüentemente facilitar a circulação dos documentos em outras instâncias do Sistema Nacional de Informações. Assim, verifica-se nos primeiros Informes que foram produzidos no ano de 1979 uma dificuldade por parte dos agentes para classificar o tipo de movimento que estava sendo construído na cidade de Ceilândia. Como classificar uma associação que estava lutando pelo pagamento dos lotes a preço justo? Em que categoria os agentes posicionariam as movimentações que pediam somente aquilo que fora acordado com o governo local?

Para responder estas perguntas, consideramos o Informe n. 007/SS/GMG/79, um documento interessante para acessar algumas especificidades dos documentos produzidos

sobre os Incansáveis, visto que é um registro dos atos que ocorreram no dia 14 de outubro de 1979⁵¹ na cidade de Ceilândia, uma das primeiras ações do movimento. Neste documento, os agentes preencheram o espaço do “assunto” como “Distribuição de Panfleto no Centro Comunitário da Ceilândia” e colocaram em anexo os papéis que foram coletados naquele dia. Por meio do Informe, conseguimos acessar as páginas do Informativo que foi distribuído pela Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia:

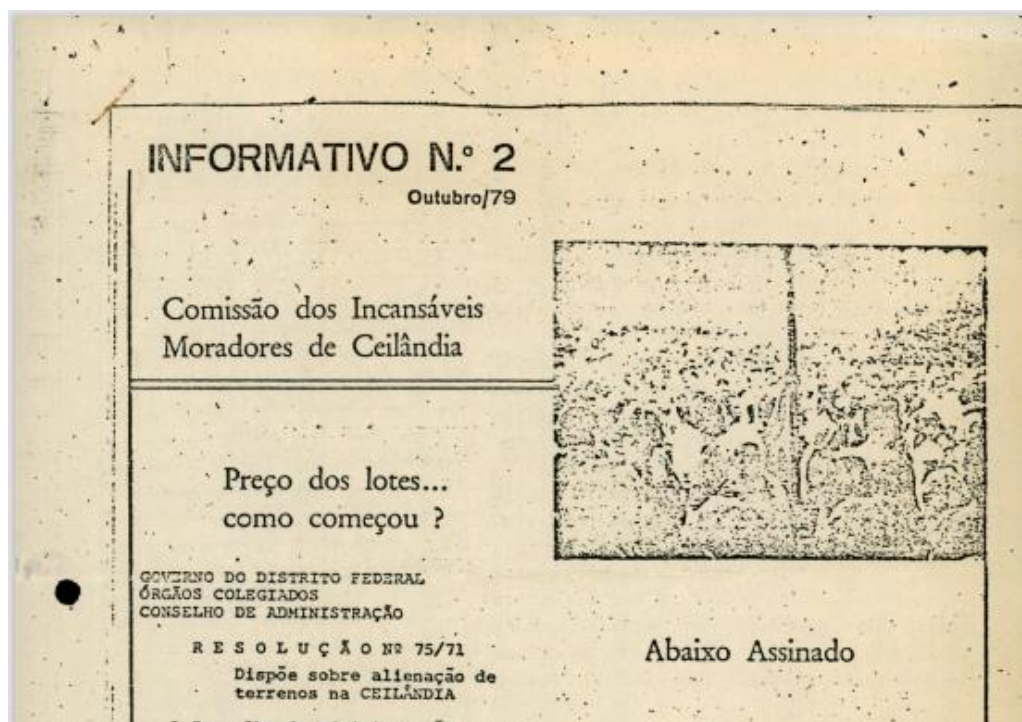


Figura 4 - Informativo n. 2 – Comissão dos Incansáveis Moradores de Ceilândia

O documento possui a descrição da ação que estava sendo desenvolvida pelos Incansáveis Moradores naquele dia 14 de outubro: “reuniram-se no Centro Comunitário da Pró Gente, na Ceilândia cerca de três mil moradores, no dia 14 do corrente, para coleta de abaixo assinado, liderados pela “Comissão dos Incansáveis da Moradores de Ceilândia”. Dessa forma, o último anexo do documento é uma carta datilografada, que colocava em evidência as parecerias sindicais que a ASSIMOC possuía, registrando o diálogo com o Sindicato dos Professores no DF, trabalhadores em estabelecimentos bancários, profissionais de enfermagem e empregados em hospitais do DF, engenheiros, odontologistas, médicos, metalúrgicos, psicólogos e sociólogos. O ato de assinalar as

⁵¹ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI 0114, p.28.

organizações de base com as quais a Associação dialogava ilustra a dimensão que este movimento possuía, considerando que desde suas primeiras ações já contava com o apoio de organizações sindicais. Isto posto, ao partirmos do aparente esforço para a apresentação de uma linha narrativa na construção do Informe, conjecturamos que este documento seja um dos principais para o início de toda a investigação, que iria se estender por toda a década de 1980.

Desta forma, o Informe n. 007 abre caminho para uma análise mais ampla, pois ele conversa diretamente com outros dois documentos semelhantes que entraram na SSP no dia 30 de outubro de 1979. Ou seja, dois informes sobre os Incansáveis foram recepcionados pela Secretária de Segurança no mesmo dia, sendo que o “INF N° 008” é a entrada consecutiva do primeiro documento analisado e apresenta a seguinte descrição: “Para conhecimento dessa agência encaminhamos, em anexo, Informativo n° 2, de outubro de 1979, da ‘Comissão dos Incansáveis Moradores de Ceilândia’ que está circulando na Cidade Satélite de Ceilândia”⁵².

No mesmo 30 de outubro de 1979, a Secretária de Segurança Pública do DF recebeu outra entrada documental sobre os Incansáveis. A entrada do Informe n. 166 no Sistema de Informações⁵³ corresponde a um resumo das movimentações do grupo no mês de outubro por meio de uma cartografia das reuniões que foram realizadas e das que estariam programadas para acontecer no final do mês. Ao informe ainda estão incorporados três anexos: Informativo n° 2, um convite para as próximas reuniões e um recorte do *Jornal de Brasília* de 30 de outubro de 1979.

Este fenômeno de entradas consecutivas que compartilham do mesmo Informativo provoca uma série de questionamentos sobre como as estruturas de coleta de informação se organizavam no território da Ceilândia, principalmente por este ser um fenômeno que se repete em outras documentações. Portanto, este evento permite questionarmos: quantas pessoas estariam trabalhando na coleta de informações no caso dos Incansáveis?

Por meio das fontes acessadas, não conseguimos obter uma resposta objetiva para este questionamento, mas levando em consideração que os Incansáveis eram um grupo que possuía trânsito e diálogo com outras associações e entidades sociais, acreditamos na possibilidade de dois ou mais agentes circulando pelo espaço da Ceilândia na coleta de informações sobre as movimentações em torno da legalização dos lotes. Principalmente

⁵² Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI 0114, p.36.

⁵³ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI 0114, p.54.

pela amplitude geográfica e populacional, a cidade deveria ser um território de difícil monitoramento.

Percebemos, então, que as investigações realizadas pelos agentes do Serviço de Segurança não se restringiram ao monitoramento das atividades políticas, considerando que por meio dos documentos analisados percebemos a vigilância atuando no mapeamento de práticas, costumes, trajetórias e famílias. Ou seja, qualquer comportamento dos moradores da cidade satélite era passível de ser documentado.

2.4 O DIAGNÓSTICO PARA AS CIDADES-SATÉLITES: TRABALHO DE BAIRRO (TB)

Ao investigarmos os registros de informações que foram coordenados pelos órgãos de Segurança e Inteligência, devemos nos ater a cada palavra utilizada, pois, apesar da tentativa de condução de uma narrativa ideologicamente centrada nas ordens do regime militar, estes documentos foram produzidos por pessoas. Isto quer dizer que diversos são os documentos que carregam leituras em que o pensamento social da época atravessa os diagnósticos que estão sendo escritos sobre as movimentações políticas. Isto não seria diferente com as documentações construídas com o objetivo de diagnosticar as movimentações políticas das cidades satélites e favelas.

Desta forma, uma vez que o ano de 1979 foi marcado pelas primeiras investidas por parte dos agentes de segurança na coleta de informações sobre a organização dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC), é possível dizer que os anos 1980 foram marcados por uma vigilância contínua e que já trazia um diagnóstico para as movimentações que ocorriam na cidade de Ceilândia – o que é categorizado como “Trabalho de Bairro”.

Essas tentativas de diagnóstico foram impressas nos Informes da Secretária de Segurança Pública (SSP), especificamente por meio da Divisão de Informações (DI). De tal sorte, o Informe n. 288 consegue ilustrar a visão dos agentes sobre as movimentações da cidade:

No DF as comunidades onde existem entidades que mais se assemelham aos ditos Trabalho de Bairro (TB), estão estruturadas na Ceilândia e em Taguatinga, existindo Sobradinho um movimento para tal, e que está sendo acompanhando por esta divisão [...] Na Ceilândia-Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia (ASIMOC), que no início de sua fundação, apenas congregava um grupo de pessoas reivindicando alegados direitos habitacionais. Esta entidade conta com o apoio dos Sindicatos dos Médicos,

Sociólogos, Jornalistas, Bancários e Professores, sendo também apoiadas por estudantes ativistas da UnB. [...] Existem também em Taguatinga, duas mini-prefeituras e no Plano Piloto outras idênticas, que vem realizando trabalhos de lazer nas áreas de suas jurisdições⁵⁴.

Trechos como esses dão a ver as especulações e as estratégias exercidas pelos agentes na tentativa de documentar as experiências políticas que ali estavam sendo protagonizadas pelo grupo dos Incansáveis. Diferentemente do verificado para o ano de 1979, os agentes que redigiram o Informe n. 288 já possuíam o conhecimento sobre um novo tipo de agenciamento político em nível nacional, que se assemelhava às práticas que estavam sendo gerenciadas pela ASSIMOC. Esta nova categoria de mobilização política seria o “Trabalho de Bairro”. Mas afinal, que ações poderiam ser mapeadas e diagnosticadas como “Trabalho de Bairro”?

Para responder esta pergunta, é necessária uma aproximação da ótica dos agentes de segurança que estavam atuando na produção de “Informações” sobre o caso. As Informações são documentos mais elaborados, que buscavam fazer uma leitura mais robusta dos problemas que estavam sendo vigiados. Devemos lembrar que a coleta de Informações serviam às estâncias governamentais como um dispositivo de inteligência para relatar o regime sobre os tensionamentos políticos que estavam sendo experimentados por todo o território brasileiro. Portanto, estes documentos podem funcionar como uma aglutinação de informações colhidas pelo sistema, característica observada por Carlos Fico:

É o conhecimento de um fato ou situação, resultante do processamento inteligente de todos os Informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação. Uma informação deve sempre atender uma necessidade de planejamento, execução e/ou de acompanhamento de atos decisórios. Cada Informação recebia uma classificação que distinguiu sua confiabilidade. A fonte da Informação era classificada com letras que variavam de “A” a “F”, de acordo com sua fidedignidade. Portanto, uma Informação tida como verdadeira e oriunda de fonte altamente confiável recebia a classificação “A1”⁵⁵.

Deste modo, o documento em questão que corresponde a um relatório de nível nacional sobre as organizações de bairro é a Informação n. 797, um documento com 49 páginas que reporta sobre a situação de associações por todo o país:

A presente Informação foi elaborada de forma bem abrangente, fugindo em parte aos “Dados Solicitados” do PB de origem, em decorrência das dificuldades encontradas pelo OI [Órgão de Informação] do Exército em levantar toda a profundidade dessa forma de

⁵⁴ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI 0114, p.14.

⁵⁵ Cf. Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 95.

trabalho subversivo muitas vezes conduzidos por organizações não subversivas. O movimento, hoje mais conhecido como “Movimento Amigos de Bairro” (MAB) ou “Associações de Bairro”, tem sua origem um tanto nebulosa. Nebulosa porque, além de ser difícil precisar onde e quando teve surgimento, ela se insere em áreas de interesse por demais diversas, ou seja: Partidos Políticos, Igreja e Organizações subversivas⁵⁶.

Como podemos observar, a construção do documento foi coordenada a partir da necessidade do agrupamento das diversas manifestações políticas que se aproximavam das estruturas de “Associações de Bairro” e do entendimento sobre o que conectava estas expressões na categoria do “Trabalho de Bairro”.

Chama a atenção o modo como o documento é aberto a partir da declaração sobre a dificuldade em diagnosticar esse tipo de organização em razão das “características subversivas conduzidas por organizações não subversivas”. Ora, acreditamos que esta dificuldade esteja intrinsecamente ligada ao caráter diverso que as associações de bairro possuíam. Estes grupos originários de cidades satélites e favelas viviam em uma época de repressão declarada e perseguição ao “inimigo interno”⁵⁷, habitavam territórios destituídos dos serviços básicos de infraestrutura urbana, e utilizavam da coletividade como uma plataforma para disputar acesso aos direitos básicos que lhe foram prometidos.

O caso da ASSIMOC pode ser um exemplo para analisarmos a maneira como estas associações usavam dos diversos tipos de resistência e organização política para alcançar os seus objetivos. Como fica entrevisto nos Informes locais, a grande parte das informações transcritas para os documentos é sobre as estratégias de agenciamento coletivo que o grupo utilizava para o melhoramento da cidade de Ceilândia, pois para além da disputa do lote, estes sujeitos também pleiteavam o acesso aos direitos sociais.

Por conseguinte, o documento conduz uma narrativa a partir da conexão entre os diversos movimentos de favela, corroborando com a ideia de que este tipo de coletividade poderia ser perigosa, mesmo que marcada por características não subversivas, uma vez que, de acordo com a ótica dos agentes, nos primórdios destas organizações não existia um caráter declarado de contestação às ordens do regime militar:

⁵⁶ Informação n. 797, Assunto: Trabalho de Bairro (TB). FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Arquivo Nacional.

⁵⁷ Karin Sant’ Anna Kossling. *As Lutas Anti-Racistas de Afro-Descendentes sob Vigilância do DEOPS (1964-1983)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. A autora realiza uma análise sobre a historicidade dos aparelhos de inteligência no Brasil, dimensionando o modo em que todos os sujeitos que fizessem alguma oposição aos ditames ideológicos do regime poderiam ser enquadrados na categoria de “inimigo interno” ou “subversivo”. Desta forma, a autora pontua a maneira em que para além do comunismo, existiam outras expressões políticas que eram criminalizadas, como: pessoas que evidenciavam o racismo no período da ditadura militar.

Seria uma incongruência se assim não fosse, pois levantar contradições, apontar falhas e problemas de infraestrutura, sem uma conseqüente solução, estão dentro da atuação de AGITAÇÃO E PROPAGANDA de qualquer organização subversiva, visando em última instância a desestabilização do regime a fim de tomar o poder [...] Se a atuação dos comunistas é grande, mais grave ainda se torna a atividade desagregadora e solerte praticada pela “Igreja Progressista”, junto a essas Associações de Bairro. Aí, sua palavra é lei, pois a presença do pároco, ou melhor “comunista-padre”, pregando abertamente a subversão, serve de verdade insofismável para quanto os ouve. Dito isto, decorre que qualquer “palavra-de-ordem”, levada a uma Associação por um membro de uma organização subversiva, torna-se facilmente assimilada, posto que o respaldo que já pretendia já foi dado anteriormente [...] Não resta dúvida que ELA tem contribuído para o sucesso do “Trabalho de Bairros” desenvolvido pelos comunistas em todo o BRASIL⁵⁸.

O trecho acima foi retirado da conclusão do documento. Nesta parte é possível alcançar a síntese das percepções dos agentes sobre este tipo de ação política. Logo, percebemos a maneira como o problema sobre o “Trabalho de Bairro” não estava nas práticas de associativismo que os moradores elaboravam para lidar com a ausência de infraestrutura, como no caso dos “mutirões” estabelecidos pelos moradores da Ceilândia. O problema estava quando os grupos utilizavam do associativismo para demandar ações de políticas públicas por parte do Governo. Ou seja, estas associações eram consideradas um problema para o regime a partir do momento em que tornavam pública a maneira como o Estado negligenciava os territórios periféricos, e demonstrava que as necessidades básicas de habitação não seriam solucionadas somente por meio dos mutirões.

Outro aspecto interessante no trecho é narrativa sobre a periculosidade presente na aproximação dos movimentos de bairro com as organizações eclesiais e comunistas. Aparentemente, os agentes enxergavam nessa aproximação a origem do comportamento contestatório das Associações, pois julgavam estes sujeitos e organizações como presenças externas à comunidade, que se anexaram ao território com o único objetivo de educar os moradores para um projeto de contestação ao regime.

Por meio deste discurso podemos notar algumas especificidades do pensamento hegemônico da época, de forma que é perceptível como os agentes alegavam que as presenças externas aos moradores das periferias eram responsáveis pelas mobilizações que possuíam um caráter contestatório.

O problema nesta narrativa não está na afirmação a respeito da circulação dos ideais da Teologia da Libertação pelo território periférico⁵⁹, ou na presença de membros de organizações comunistas. O problema está na percepção de que as pessoas que gerenciavam estas Associações de Bairro eram incapazes de produzir algum tipo de ação

⁵⁸ Informação nº797, Assunto: Trabalho de Bairro (TB). FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Arquivo Nacional, p.49.

⁵⁹ Michael Lowy. Marxismo e cristianismo na América Latina. *Lua Nova*, n.19, de nov. de 1989, pp.05-22.

política sem a presença da instrução de elementos externos. Em outros termos, existe uma crença por parte dos agentes na incapacidade de elaboração de uma cultura política contestatória de origem periférica. Ocorre que esta corrente de pensamento não é algo exclusivo dos agentes do Serviço Informações. Na verdade, estamos falando de uma narrativa bastante comum às percepções da época sobre os territórios de maioria negra.

Como vimos no primeiro capítulo, tanto os territórios das Cidades Satélites quanto os das favelas são formados expressivamente por populações negras, são espaços forjados sobre as condições que foram impostas a esta população por meio das políticas efetiva, embora não abertamente segregacionistas, e que interditaram o acesso à cidadania plena para estas pessoas. Se para os agentes, o trabalho de bairro é lido como uma expressão da reorganização do território por meio das práticas de autogestão da comunidade, devemos lembrar que este é um cenário bastante familiar para as experiências da população negra no pós-abolição⁶⁰, a exemplos dos múltiplos exemplos de associativismo negro no país.

É importante reiterar que as práticas comunitárias de reorganização dos territórios e de associativismo antecedem o regime militar e participam de outras temporalidades, nas quais avistas as disputas pela cidadania protagonizadas por sujeitos negros ainda no período da escravidão⁶¹. Nesse contexto, esta é uma discussão que tem sido colocada em pauta por meio dos estudos sobre as experiências de liberdade, nos quais historiadores têm se dedicado a realizar investigações que possibilitam mapear as diversas experiências políticas reivindicadas por sujeitos negros e que fazem parte da cultura política brasileira. Nesse sentido, ao analisar o modo como as lutas dos trabalhadores foram protagonizadas por uma maioria negra, o historiador Álvaro Pereira realiza uma leitura interessante sobre o campo:

Nas assembleias, reuniões e visitas cotidianas a estes espaços, creio eu, estes mesmos homens constituíram vínculos pessoais, dividiram opiniões políticas e trabalhistas, que eram forjadas no cotidiano dos mundos do trabalho. Toda esta experiência levou-os a se entenderem como um grupo de pessoas unidas em oposição a outros homens. Seria esta a consciência de classe? Por que não? Ela é parte de um discurso teórico que nos é fundamental, mas que deveria ser mais negro e bem menos eurocêntrico. Há de se perceber também os valores e costumes possivelmente negros que estavam em jogo no momento do conflito. As sociabilidades e experiências constituídas nas seletivas e hierarquizadas irmandades católicas e casas de candomblé, por exemplo, podem trazer à

⁶⁰ Fernanda Oliveira Da Silva. Associativismo negro em terras sulinas: das irmandades aos clubes para negros em pelotas (1820-1940). *Revista Thema*, v.8, n.2, 2011.

⁶¹ Cf Ana Flávia Magalhães Pinto. *Escritos de Liberdade: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. Amílcar Araújo Pereira. *O "mundo negro": relações raciais e a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

luz parte do legado das formas de organização e lutas negras para os/as trabalhadores/as do século XX. Ao nos afastarmos destas possibilidades corremos o sério risco de, num vacilo, associarmos motins à fome como tanto combateu E. P. Thompson⁶².

O trecho apresenta caminhos para o entendimento das diversas práticas de ação política que foram protagonizadas pelos sujeitos negros ao longo da história, ilustrando a maneira como estudos sociais sobre estas experiências por diversas vezes utilizam da categoria de “classe” descolada da realidade brasileira, que é estritamente marcada pelas relações raciais.

Assim, ao tratarmos de experiências políticas como as das Associações de Bairro, devemos ter em mente principalmente os territórios em que elas surgiram, para buscar entender os fluxos migratórios que constituíram aquela comunidade, tornando possível a construção de análises mais complexas e comprometidas com a realidade experimentada por aquelas pessoas no passado. No caso destas associações, se utilizássemos somente das documentações geradas pelos agentes do Serviço de Informações na construção de nossa análise, cairíamos no mesmo mito sobre a inexistência de uma cultura política de origem periférica e conseqüentemente, reproduziríamos o silenciamento sobre os agenciamentos negros que marcaram a história do pós-abolição ou mesmo da República.

Sendo assim, para além das influências externas que configuravam o cenário da época, devemos nos ater às tradições políticas que formaram as populações que atuavam nas Associações de Bairro. Isso porque aquilo que fora chamada de “Trabalho de Bairro” pelos agentes de segurança da época, participa de uma expressão legítima de comunidades negativamente racializadas: a luta pelo exercício de uma cidadania plena.

⁶²Álvaro Pereira Nascimento. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estud. Hist.* (Rio. J), v.29, n.59, dez. de 2016, pp-607-626.



CAPÍTULO 3- SHIS E TERRACAP VERSUS POVO: A LUTA DA ASSOCIAÇÃO DOS INCANSÁVEIS MORADORES DE CEILÂNDIA.

No ano de 1971, a população que fora removida da Vila do IAPI por meio das políticas de desfavelamento das proximidades do Plano Piloto chegava na cidade de Ceilândia. Fruto das remoções, esta cidade dependeu do associativismo e da mão de obra dos seus moradores para alcançar serviços básicos, como água, luz, asfalto e saneamento. Desta forma, esquecidos pelas forças estatais, esta população lutou durante anos pelo desenvolvimento daquele território que fora feito para ser um despejo de famílias. Ocorre que em 1979 o Governo do Distrito Federal iniciou uma campanha para titulação dos lotes, cobrando um preço exorbitante e que não condizia com a realidade do povo desta nova cidade. Nesse contexto, a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC) surgiu como uma resposta comunitária à cobrança desproporcional que estava sendo realizada pelo governo de Brasília.

À luz desses fatos, neste capítulo buscamos analisar as estratégias que foram utilizadas pelo movimento na luta pelos lotes à preço justo. Para a construção deste capítulo analisamos documentos oficiais da Secretária de Segurança Pública (SSP), do Arquivo Público do DF (ArPDF), e os periódicos do *Correio Braziliense*, consultados na Hemeroteca Digital Brasileira.

3.1 A DISPUTA EM TORNO DOS LOTES

No ano de 2016, o Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) incluiu na página do Centro de Memória Digital do TJDFT um documento sobre a luta que foi protagonizada pelos Incansáveis Moradores da Ceilândia (ASSIMOC) em torno da disputa dos lotes a preço justo. O arquivo encontra-se na área dos “Processos Históricos, memorial TJDF”. Este documento remete a uma análise da trajetória da população que compôs o território da cidade de Ceilândia, por intermédio do reconhecimento das origens migratórias destes sujeitos e dos conflitos que foram gerados a partir das disputas por

terror na nova capital⁶³. Ocorre que pela tipologia documental⁶⁴, a narrativa presente no documento é pautada por uma perspectiva exclusivamente jurídica, de maneira que toda a trajetória do movimento é resumida ao embate que ocorrera no tribunal.

Chama a atenção o fato de que este seja o único documento oficial dedicado à memória da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia⁶⁵. Ou seja, uma das maiores expressões do agenciamento coletivo na história do Distrito Federal foi circunscrita a uma memória jurídica. O problema desse tipo de narrativa é a invisibilização dos diversos sujeitos que participaram do movimento e encontraram na Associação dos Incansáveis um espaço de formação política e cultural. Isso porque, mais do que um grupo de moradores que conquistou a titulação dos lotes a preço justo, os Incansáveis foram uma manifestação de pessoas lutando pelo exercício de uma cidadania plena.

Devemos então buscar entender a constituição deste movimento para além das narrativas hegemônicas centradas na identidade “nordestina”, possibilitando, assim, a construção de um olhar focado na constituição destes sujeitos em sua complexidade, analisando a maneira como estas trajetórias foram atravessadas pelas estruturas de classe, gênero e raça.

Portanto, como vimos nos capítulos anteriores, o território do Distrito Federal foi organizado por intermédio de práticas segregacionistas que dividiram a população entre dois espaços: as Cidades Satélites e o Plano Piloto. Esta geografia territorial posicionou a população das antigas Vilas Operárias o mais distante possível do complexo urbanístico central da capital. Os gestores da cidade afastaram estas pessoas dos serviços básicos que existiam no Plano Piloto, posicionando-as em um território totalmente desassistido pelas estruturas governamentais.

Nesse contexto de formação de cidades totalmente destituídas das estruturas básicas de sobrevivência, o Governo do Distrito Federal preocupou-se em agilizar o processo das remoções por meio dos loteamentos na nova cidade satélite de Ceilândia, território este que recebeu a maioria da população que fora removida da Vila do IAPI.

⁶³ Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2016. Processos Históricos Memorial TJDF, *Os Incansáveis Moradores da Ceilândia*. NUAMI- Núcleo de Apoio à Preservação da Memória Institucional.

⁶⁴ Nos referimos à ideia da criação de um documento dedicado à memória jurídica territorial.

⁶⁵ Por outro lado, a cidade-satélite de Ceilândia possui o “Museu Casa da Memória Viva de Ceilândia”, um espaço dedicado às memórias locais, organizado pelo professor Manoel Jevan. O museu possui um acervo focado na experiência dos candangos através da história do Distrito Federal, que permite o exercício de um olhar focado na experiência destes trabalhadores que vieram para a capital em busca de construir seus sonhos e tiveram o futuro interditado pelo próprio governo que havia feito o convite.

Contudo, o Estado não chegou a formalizar uma política pública unificada para o processo de legalização dos lotes, mas assegurou que futuramente estes lotes seriam cobrados a preço justo, como estava previsto na Resolução n. 71/75, que garantia o preço de cada lote na faixa de 600 a 3 mil cruzeiros.

Desta forma, no ano de 1973 foram efetivadas algumas titulações de acordo com a resolução, de modo que o preço proposto para o pagamento dos lotes variava entre Cr\$ 1.000,000 a Cr\$ 2.500,00 cruzeiros. De acordo com os moradores, esta primeira onda de titulações foi interrompida logo após alcançar a marca de 5 mil moradores⁶⁶, uma quantia irrisória considerando a dimensão que a cidade de Ceilândia possuía na época. Já no ano de 1979, a população da cidade de Ceilândia foi surpreendida com a formalização do processo de legalização de lotes, sendo esta ação promovida pela Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, empresa do Governo do Distrito Federal encarregada do processo⁶⁷. Nessa campanha pelo pagamento dos lotes, o governo propôs o valor de Cr\$ 31.000,00 a 51.000,00, o que não condizia com a realidade experimentada por aqueles moradores, e que não se encaixava na faixa de valor que fora prometido na referida resolução. Em vista disso, os moradores da cidade de Ceilândia se mobilizaram contra o valor que estava sendo cobrado, como podemos ver no trecho da reportagem que saiu no *Correio Braziliense* no fim do mês de outubro:

Cerca de cinco a dez mil pessoas deverão comparecer hoje no Centro Comunitário Padre Primo Scossolini, conhecido como “primão”, para uma concentração popular de protesto aos preços arbitrados pela TERRACAP para regularização dos lotes ocupados, quando das remoções dos ex-favelados das Vilas Tenório e IAPI, para a Ceilândia [...] Os moradores se uniram num movimento liderado por um grupo que se autodenominou de Comissão dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, editaram até um jornalzinho que foi distribuído fartamente pela cidade [...] Os moradores sendo chamados por estes dias deverão pagar entre Cr\$ 31.000,00 a 51.000,00. Quem recebeu uma notificação para quitar seu lote no valor de Cr\$ 39.000,00 a menor prestação será no valor de Cr\$ 495,40 por mês em 99 prestações (oito anos em meio), essa prestação vai sofrer ação monetária de 3 em 3 meses e para o ano os preços serão cada vez maiores⁶⁸.

Por esse texto, torna-se possível compreender a dimensão do conflito que ali estava surgindo, no qual várias famílias se encontravam amedrontadas com a possibilidade de serem removidas novamente por não conseguirem arcar com o valor que estava sendo cobrado pelo Governo do Distrito Federal. É possível também, acessar uma

⁶⁶ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI 0114, p. 22. Trecho do Informativo n.º 1 da Associação dos Incansáveis, que fora anexado no Informe do Serviço de Segurança do DF.

⁶⁷ *Correio Braziliense*, 16 de out. de 1979, p. 16.

⁶⁸ *Correio Braziliense*, 28 de out. de 1979, p. 8.

das primeiras aparições da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (Assimoc) – nome do grupo que se uniu em prol da legalização dos lotes a preço justo – na imprensa local. Somos informados também sobre a existência de um “jornalzinho” que estava sendo utilizado pela Associação para a informar a população sobre a causa que estava sendo defendida pelo grupo. Tivemos acesso ao Informe n.º 288, um documento que possuía a presença do Informativo n.1 elaborado pela Comissão dos Incansáveis Moradores de Ceilândia:

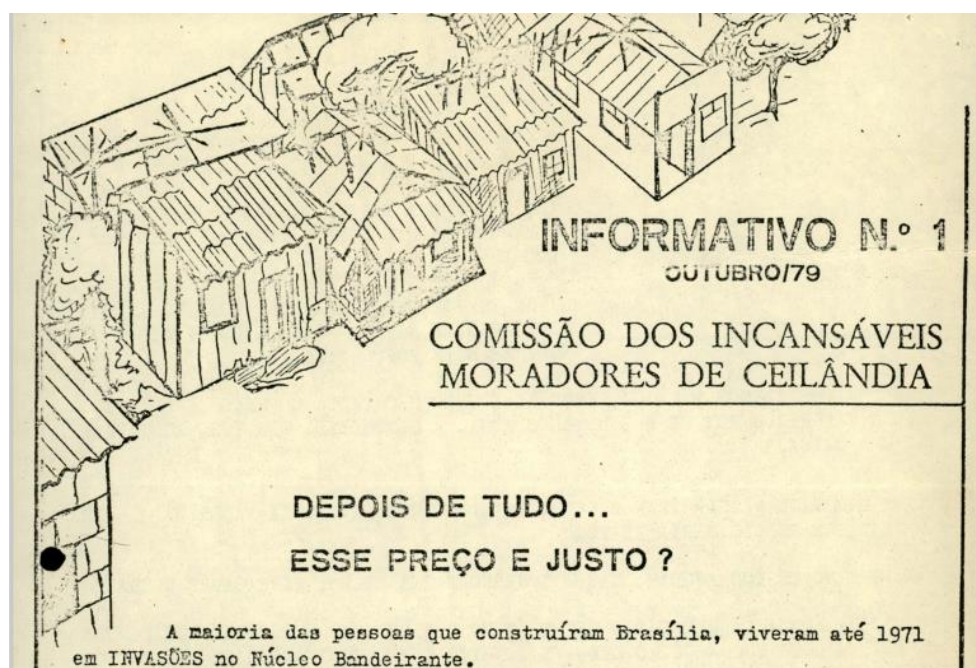


Figura 5- Informativo n.º 1 – Comissão dos Incansáveis Moradores da Ceilândia.

Há vários aspectos a se considerar nesta imagem. Primeiro, devemos nos lembrar da origem dela. Este Informativo foi anexado no Informe n. 288, pela Secretária de Segurança Pública⁶⁹. Como vimos no segundo capítulo desta monografia, as movimentações que estavam sendo orquestradas pelos Incansáveis foram monitoradas por agentes de segurança desde os seus primeiros atos. Consequentemente, os arquivos de vigilância possuem uma quantidade massiva de registros sobre a vida política na cidade de Ceilândia. Portanto, estes documentos que foram coletados sob o signo da espionagem guardam em sua constituição vestígios do passado das associações, inclusive, de itens que os próprios integrantes das organizações perderam ao longo do tempo e que não foram veiculados nos jornais da grande imprensa.

⁶⁹ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI 0114, p.22.

Em segundo lugar, percebemos a estruturação de um veículo que foi bastante utilizado pela Assimoc: Os informativos. Estes pequenos jornais surgiram como uma possibilidade para ampliar os canais de comunicação da cidade de Ceilândia, possibilitando, assim, a construção de um espaço seguro para informar os moradores sobre os embates que estavam sendo disputados em torno da questão da legalização dos lotes. Existe um aspecto interessante nestes informes que é a presença dos discursos que foram invocados por estes moradores na defesa da causa que havia juntado aquele grupo, como podemos observar no trecho retirado de uma sessão dos Informativos dedicada a dar voz aos moradores de Ceilândia:

Moro num barraco velho, não posso construir casa, nem barraco de placa. Nós chegamos aqui jogado feito lixo, nós sofremos. Estava de 15 dias de resguardo, na chuva. Limpamos o lote, mato virgem, jogaro nós que nem lixo, que nem lixo no mato. Depois do lote pronto, eles querem aproveitar de nós, sem nós poder pagar????⁷⁰.

Infelizmente, o Informativo não possui o nome das mulheres responsáveis por estas falas, mas por meio delas conseguimos acessar alguns aspectos do cenário de violação de direitos em que esta população estava submetida. Assim, para lidar com este contexto de ausência dos direitos básicos de sobrevivência, a população local vai utilizar dos Informativos como espaço para denunciar as condições de vida no território periférico.

Portanto, em primeiro lugar, percebemos os usos do passado como instrumento para legitimar e validar o movimento que ali estava sendo construído. Esta é uma das estratégias que foram utilizadas pela associação no debate público, onde estes moradores utilizaram das narrativas do passado sobre as remoções com o objetivo de evidenciar as maneiras pelas quais o Governo do Distrito Federal utilizou das remoções como instrumento de “higienização populacional” das proximidades do Plano Piloto. Desta forma, os moradores revelavam o modo em que o governo negligenciou por completo a população no momento da transferência e fixação, pois estes sujeitos teriam sido jogados ali no cerrado como “lixo”, sem nenhuma estrutura básica de sobrevivência.

Em segundo lugar, outra característica que é possível acessar nestes informes é uma quantidade considerável de relatos de mulheres, o que demonstra a maneira pela qual a agência feminina se estruturava por dentro do movimento, como fica sugerido no relato a seguir:

⁷⁰ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI 0114, p.55.

Tenho 10 filhos, sou viúva, trabalho fazendo faxina prá madame, lavando roupa prá madame, tenho que construir em cima do meu lote. Minha vontade é muito grande de ver minha casa construída, mas agora essa prestação, como vou pagar ela?⁷¹.

Há de se perceber a presença do gênero como elemento estruturante nas violências que estavam sendo experimentadas por estas moradoras. Estas mulheres, sob a ameaça de serem removidas novamente, estiveram presentes nas disputas por moradia a preço justo, evidenciando como as medidas tomadas pelo Governo do Distrito Federal colocavam em risco as possibilidades de acesso a uma casa própria, como lhes fora prometido na Resolução n. 71/75.

Portanto, o que percebemos nos Informativos é uma apresentação não somente do problema que ali estava sendo vivenciando, como também da afirmação de um espaço disponível para apresentar as faces e as histórias daquelas pessoas que estavam sofrendo com a medida tomada pelo governo, como podemos ver na fotografia abaixo utilizada no Informativo n. 2:



Figura 6- Imagem do Informativo n. 2 – Comissão dos Incansáveis Moradores da Ceilândia

A foto destas duas mulheres negras revela a face da maioria dos sujeitos que estavam engajados nas Associações de Bairro, reivindicando a legalização dos lotes e a melhoria das condições de vida na cidade satélite de Ceilândia. Estas pessoas se

⁷¹ Ibidem.

organizaram por meio da Associações Incansáveis Moradores de Ceilândia, encontrando na associação um espaço de formação política que disputava os sentidos do exercício da cidadania em plena ditadura militar.

Ocorre que a resposta que o Governo do Distrito Federal vai dar aos pedidos que estão sendo reivindicados por esta associação é por meio da tentativa de silenciamento das mobilizações que estavam ocorrendo no território da Ceilândia. O grupo dos Incansáveis foi, então, foco de uma série de processos investigativos gerados pela Secretária de Segurança Pública, e de manchetes de jornais que menosprezavam a importância da causa que estava sendo defendida. Um exemplo disso é a manchete que apareceu no *Correio Braziliense* logo após as primeiras mobilizações por parte do grupo Pegue-Pague. “Terracap não arreda pé da cobrança do que considera preço paternalista para os lotes”⁷². Apoiada nesse argumento, o que se verá nos próximos anos é uma defesa por parte da Terracap em torno do preço que estava sendo cobrado, utilizando como justificativa para a cobrança o desenvolvimento urbanístico que havia ocorrido na cidade de Ceilândia.

No caso, o que notamos nessa situação é a manutenção dos dispositivos de segregação social atuando novamente sobre a vida da população negativamente racializada. Isso pode ser percebido no fato de o mesmo governo que prometeu conduzir os moradores das Vilas Operárias para uma condição de vida melhor, estava operacionalizando outro movimento de expulsão destes sujeitos, impulsionado pela especulação imobiliária. No trecho seguir, a percepção do Presidente da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, Eurípedes Pedro Camargo, evidencia essa dinâmica de exclusão:

Já existe a área comercial, o comércio não necessita disputar os lotes residenciais. A declaração é do presidente da Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia. Eurípedes Camargo, a propósito da compra de alguns lotes residenciais efetuada por algumas empresas privadas estabelecidas na Ceilândia. Segundo Eurípedes, o fato cria uma enorme especulação imobiliária na cidade satélite e um aumento considerável de famílias sem moradia. Este aumento de inquilinos é uma consequência do que o presidente da entidade chama de expulsão branca. Sem a utilização de métodos violentos, mas através de uma grande pressão econômica⁷³.

A fala de Eurípedes é uma denúncia sobre o modo como o território da cidade satélite estava sendo comercializado de acordo com os desejos do empresariado, de maneira que não se respeitava nem mesmo os limites das áreas residenciais. Sem a

⁷² *Correio Braziliense*, 28 de out. de 1979, p. 8.

⁷³ *Correio Braziliense*, 4 de nov. de 1983, p. 12.

necessidade de ações amparadas na violência física direta, o avanço do movimento de expulsão dos sujeitos que estavam em situação de precariedade era percebido por Eurípedes como um movimento de “expulsão branca”. A percepção do presidente da Associação diz bastante sobre o contexto experimentado por estas pessoas que viviam sob a ameaça de sofrerem outra ação de remoção. Tratava-se de uma política que fora adotada pelo governo do Distrito Federal com o intuito de afastar as populações negativamente racializada do centros das cidades, abrindo espaço para a especulação imobiliária e para a presença de empresas. Este movimento que nos anos 1970 expulsou os candangos que construíram a capital para as margens do território do Distrito-Federal, em certa medida, também estava sendo reproduzido dentro da lógica geográfica da cidade satélite, onde se percebia um avanço da compra de lotes residenciais por empresas privadas.

A análise tecida por Eurípedes possui uma origem bastante específica—de uma pessoa que estava em seu terceiro ano de liderança da associação e que já possuía uma opinião sobre a operacionalização dos processos de remoção contra a população negativamente racializada. Vale salientar que o presidente tomara a posse em julho de 1980⁷⁴, por meio de uma eleição entre os membros dos incansáveis moradores de Ceilândia. Portanto, este sujeito esteve presente desde o início do movimento, realizando um trabalho de mobilização da população Ceilandense em torno da luta pelo direito a moradia:

⁷⁴ *Correio Braziliense*, 22 e jul. de 1980, p. 12.



Figura 7- Eurípedes Camargo, líder dos Incansáveis- Correio Braziliense, 28 de mai. de 1983.

Esta leitura atenta de Eurípedes sobre os processos de remoção da população vulnerável dos centros urbanos fornece caminhos para um entendimento mais amplo sobre as histórias das cidades brasileiras, de modo que podemos encontrar conexões com as experiências vivenciadas em outros espaços. Entre a produção historiográfica sobre outras cidades, o historiador Sidney Chalhoub se destaca ao conseguir instrumentalizar nossos olhos para o entendimento sobre os processos estruturalmente racializados de expulsão e desapropriação que marcaram a história das cidades brasileiras:

O que mais impressiona no episódio do Cabeça de Porco é sua torturante contemporaneidade. Intervenções violentas das autoridades constituídas no cotidiano dos habitantes da cidade, sob todas as alegações possíveis e imagináveis, são hoje um lugar-comum nos centros urbanos brasileiros. Mas absolutamente não foi sempre assim, e essa tradição foi algum dia inventada, ela também tem sua história⁷⁵.

⁷⁵ Sidney Chalhoub. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O caso analisado pelo autor aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX. O episódio do cortiço Cabeça de Porco coloca em evidência a historicidade deste tipo de violência, promovendo um debate sobre as práticas de remoção exercidas pelo Estado ao longo da história da República brasileira. Percebemos que estas ações não são exclusivas da constituição do Distrito Federal, mas que são práticas conectadas temporalmente e em nível nacional, havendo aí a continuidade do processo de remoção da população negativamente racializada dos centros urbanos, verificado em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro⁷⁶.

Nesse cenário ampliado, o caso dos Incansáveis Moradores de Ceilândia revela como, por meio do associativismo, os moradores conseguiram reunir dispositivos de luta para se mobilizar contra as práticas de expulsão operacionalizadas pelo Estado. Tratava-se do exercício de uma cultura política legitimamente periférica, que usou dos mutirões e do espírito comunitário para reivindicar o exercício de uma cidadania plena. Para dar conta destas demandas, a associação chegou a estruturar uma equipe de seis pessoas, que deveriam atuar na coordenação da associação. Desta forma, faziam parte da equipe da diretoria: “Presidente Eurípedes Pedro de Camargo: Vice Manoel de Abreu Cavalcante: 1º Secretário Carlos Humberto Barros Faria: 2º Secretário Valdivina Tereza de Jesus: 1º Tesoureiro Oswaldo Rodrigues Bonfim: 2º Tesoureiro Ermínio Ferreira da Costa”⁷⁷.

Desta forma, no ano de 1984, os Incansáveis finalmente conseguiram colocar um fim na luta que durou cinco anos em torno das disputas dos lotes, como podemos observar no trecho da matéria do *Correio Braziliense* de dia 22 de agosto:

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal suspendeu ontem a cobrança de juros e correção monetária pela Terracap aos proprietários de cerca de 7 mil lotes residenciais da Ceilândia. Esses lotes, vendidos aos moradores da extinta invasão do IAPI a preços simbólicos foram beneficiados por resolução do ex-governador Hélio Prates da Silveira estabelecendo prestações fixas para os terrenos⁷⁸.

Os Incansáveis venceram a ação no ano de 1984, após cinco anos na justiça. Contrariando as expectativas nacionais de uma elite que enxergava o território das cidades satélites e favelas como locais de produção de incivilidade e imoralidade, o grupos dos

⁷⁶ Cf. Josemeire Alves Pereira. *Para Além do Horizonte Planejado: Racismo e Produção do Espaço Urbano em Belo Horizonte- Séculos XIX e XX*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2019. A historiadora realiza um trabalho de investigação a respeito do silêncio sobre a agência negra nas narrativas históricas da cidade de Belo Horizonte. Neste processo de pesquisa, conseguiu mapear a presença deste mesmo fenômeno em outras cidades, sendo elas: Porto Alegre- RS, São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ.

⁷⁷ *Correio Braziliense*, 22 de jul. de 1980, p. 12.

⁷⁸ *Correio Braziliense*. 22 de ago. de 1984, p. 17

Incansáveis Moradores de Ceilândia conseguiu quebrar uma série de expectativas negativas. A despeito das tentativas de silenciamento e continuidade da dinâmica de apartação espacial, conseguiram, por meio do associativismo, garantir o loteamento a preço justo, construir espaços de letramento político⁷⁹ e ressignificar um território que era lido como destituído de qualquer racionalidade e humanidade.

Sendo assim, a associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia foi um grupo construído por homens e mulheres que enxergaram na coletividade a possibilidade de construir um espaço de luta para se organizar contra as medidas de remoção operacionalizadas pelo Governo do Distrito Federal. É importante registrar, ainda, que esta associação que surgiu da união dos moradores não encerrou as atividades após a titulação dos lotes. Ao longo da década de 1980, pelo que se pode acompanhar tanto nos arquivos da Secretária de Segurança quanto nas páginas dos jornais, os Incansáveis seguiram atuando diretamente nos movimentos políticos disponíveis. A presença de seus integrantes pode ser verificada entre sindicalistas, partidários políticos e até mesmo na construção do movimento nacional em torno das Diretas Já⁸⁰.

A relação das associações de bairro com as movimentações nacionais pelas “Diretas Já” é algo que chama a atenção no contexto da história do Distrito Federal. Uma vez que ao pesquisarmos no Arquivo Público do DF (ArPDF) encontramos uma quantidade massiva de documentações sobre as mobilizações pelas “Diretas Já” em cidades-satélites. Ou seja, Ceilândia, Taguatinga, Planaltina e outras cidades-satélites também participaram da construção do movimento civil pela reivindicação das eleições diretas.

Aliás, um Informe que consegue dimensionar a atividade política em território satélite é o Informe n.031, que registra uma reunião convocada pelo PMDB na Ceilândia, no dia 18 de janeiro de 1984⁸¹. Esta documentação foi produzida por agentes da Polícia Militar do Distrito Federal com o objetivo de mapear as lideranças envolvidas na construção do movimento. Desta maneira, por meio dele conseguimos acessar o nome de algumas entidades envolvidas no processo: SINPRO, ASSEIO E CONSERVAÇÃO,

⁷⁹ *Voz de Ceilândia*, mai/jun. de 1982. A associação buscava criar várias frentes de diálogo com a população local, uma destas tentativas se deu por meio da criação de seminários, espaços em que seriam discutidos os problemas enfrentados pela comunidade e as possíveis saídas. Outro espaço criado para se comunicar com os moradores foi a criação do jornal “A voz de Ceilândia”, periódico que contava com a presença de jogos educativos para todo o tipo de público.

⁸⁰ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI 0150.p.31.

⁸¹ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI 0800.p.357.

Associação do P Norte, PCDOB, PMDB, Incansáveis Moradores da Ceilândia (ASSIMOC), Comitê Feminino do PMDB, PT-DF e Paróquia da Ressureição Ceilândia.

3.2 A VOZ DE CEILÂNDIA

No início dos anos 1980, havia um cenário de diversas associações de moradores surgindo por todo o território do Distrito Federal: Associação dos Inquilinos de Ceilândia, Associação de Moradores da QNG, Associação de Moradores do Guará, Associação de Moradores da Vila Maestro, Associação de Moradores do Alto Vista, Associação de Moradores da Ceilândia Centro, Associação de Moradores do Paranoá, Associação de Moradores do Setor Leste do Gama...⁸² Uma multiplicidade de associações emergia nas periferias do DF, unidas na luta pelo acesso aos direitos básicos de moradia e cidadania.

Estas organizações de moradores vão estar comprometidas com o desenvolvimento do espaço que habitavam, buscando tecer redes de apoio mútuo em prol do melhoramento da comunidade. Serão múltiplos os trabalhos coordenados por estes grupos, visto que estavam atuando tanto no campo da reestruturação física do espaço quanto no campo da educação da comunidade.

Devemos lembrar de que estas organizações surgiram em um momento em que a mentalidade da época diagnosticava as periferias como territórios distantes dos ideais civilizatórios que eram vivenciados no Plano Piloto. São várias as passagens na grande imprensa em que vemos reproduzidos estes olhares sobre as cidades satélites. No caso da Ceilândia, estes olhares acompanhavam a população desde as Vilas Operárias, sendo que estes sujeitos continuaram a conviver com os estigmas sociais recaindo sobre o território e sobre si própria, de maneira que algumas quadras da cidade chegaram a ser reconhecidas com o nome de “Planeta dos Macacos” e “Caldeirão do diabo”⁸³ – expressões do racismo que remetiam ao comprometimento da cidadania de homens, mulheres e crianças ali localizados.

Nesse sentido, a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia construiu seminários em parceria com comunidade da cidade, tendo como objetivo a criação de espaços para a discussões sobre educação, saúde, saneamento básico e violência nas

⁸² Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI PES 2330.p.57

⁸³ *Correio Braziliense*, 2 de dez. de 1981, p. 1. Estes nomes revelam o imaginário social da época que enxergava os territórios da Ceilândia como tradução da incivilidade e violência.

cidades satélites. Os associados reivindicavam este espaço de letramento político como uma das saídas para vencer os problemas que existiam na cidade e também como estratégia para ocupar a grande imprensa com outras notícias para além da violência na cidade de Ceilândia. Os seminários então foram um dos caminhos tomados pelos incansáveis na tentativa de ampliar o diálogo com a população local⁸⁴. A instituição chegou a ficar reconhecida na cidade pela coordenação de eventos como estes⁸⁵.

Outra estratégia tomada pelos Incansáveis para dialogar com a população foi a criação de um jornal local, impulsionada pela popularidade que os Informativos tinham alcançado na cidade de Ceilândia. Este periódico valia-se de uma linguagem acessível para alcançar a população da cidade e tratava de temas que dialogavam diretamente com as demandas e a realidade vivenciada naquele espaço. A primeira edição saiu em 1981, no mês de outubro, e trouxe a manchete “Aguentaremos mais um aumento das passagens de ônibus?”. É nesse número que encontramos registrada a missão editorial do periódico:

Hoje, diante de todas as barreiras que nossa comunidade ainda tem que ultrapassar e sentindo que há muita coisa pra ser feita, sentimos a necessidade de criar um jornal que pudesse ajudar a apontar defeitos e apresentar soluções. Esse jornal que nasce agora está aberto para que todas as pessoas possam participar de maneira que achar melhor. Porque só com ajuda de todos conseguiremos fazer deste jornal a VOZ DE CEILÂNDIA⁸⁶.

Na primeira edição, o público conheceria *A Voz de Ceilândia*, periódico organizado pela Assimoc, que de pronto já demonstrava ser um espaço democrático, criado pela e para a comunidade. O número oferecia ao público poesias, divulgação cultural, queixas da comunidade e denúncias sobre as violações de direitos que ocorriam na cidade. O que mais chama atenção neste número é uma denúncia logo na primeira página do jornal sobre policiais que torturavam menores⁸⁷. Nesta reportagem, à

⁸⁴ *Correio Braziliense*, 3 de jan. de 1983, p. 9. Nesta matéria, Eurípedes relata os Seminários que a Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia (ASSIMOC) realizou com a comunidade da cidade. O primeiro teria acontecido no ano de 1982, foi um momento criado para os associados discutirem sobre os problemas que assolavam aquela cidade. Para o ano de 1983, Eurípedes relata a intenção de realizar seminários que tratem de temas como: saúde, limpeza urbana e violência urbana.

⁸⁵ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI 0795.p.7. O documento conta com a presença do INF n.478, do dia 10 de outubro de 1983. O informe foi produzido pela Polícia Militar do Distrito Federal, que estava mapeando um “show artístico com manifestação política”, o documento possui em forma de anexo o “Voz de Ceilândia” n.10, que havia sido distribuído nesse dia. O jornal “Voz de Ceilândia” relata o sucesso que foram os seminários sobre a saúde liderados pela ASSIMOC.

⁸⁶ *A voz de Ceilândia*, out/ nov. de 1981

⁸⁷ Cf: Edinilsa Ramos de Souza. Mortalidade por homicídios na década de 80: Brasil e capitais de regiões metropolitanas. Barreto, MI (orgs.) *Epidemiologia, serviços e tecnologias em saúde*. Rio De Janeiro: Editora FioCruz, 1998.

semelhança do que se via em outras cidades brasileiras, a equipe do periódico trazia à tona a realidade vivenciada por jovens nas cidades satélites:

Já virou rotina nas delegacias do Distrito Federal a prática de torturas em menores delinquentes. Isso acontece com mais frequência na 15 D.P. de Ceilândia e Na 12, a DP de Taguatinga. Recentemente, duas moradores de Ceilândia procuraram a “Associação dos Incansáveis Moradores” para denunciar as torturas que seus filhos tinham se submetido nestas delegacias. As mães dos menores disseram que seus filhos estavam foragidos da FUNABEM e COM (Órgãos que teoricamente foram criados para recuperação de menores delinquentes) porque não aguentavam mais o tratamento que lhes era dado nestes órgãos e os menores estavam dispostos a se regenerar e não mais atuar na marginalidade e deixar de serem perseguidos eternamente pela polícia [...] Nós da comunidade que vivemos e sofremos na carne estas e outras arbitrariedades cometidas por determinados policiais, NÃO SOMOS CONTRA POLICIA COMO INSTITUIÇÃO, somos contra a ação violenta e corrupta de determinados elementos da polícia. Achamos que o papel da polícia é de preservar a segurança do indivíduo na sociedade e não a sua insegurança⁸⁸.

A denúncia veiculada pela associação permite dar primeiros passos na reflexão sobre o contexto vivenciado dentro das cidades satélites no período da ditadura militar. Sendo essa uma lacuna historiográfica, poucos são os estudos historiográficos dedicados às violações que ocorreram nas delegacias das cidades-satélites e favelas, onde se perseguia e torturava a população jovem da cidade⁸⁹. Deparamo-nos então com um cenário mais amplo, e que dialoga bastante com as imagens propagadas na grande imprensa que buscavam criminalizar a juventude e via na figura do “menor abandonado” a causa da criminalidade das cidades satélites.

O fato de aquela denúncia ter aparecido no periódico dos Incansáveis demonstra o papel que esta associação ocupava dentro da sociedade ceilandense, principalmente se consideramos o ano em que fora publicada esta primeira edição: 1981. Um momento em que os incansáveis estavam empenhados na luta pelo lote a preço justo e simultaneamente engajados em mobilizar discussões sobre as estruturas de opressão que violentavam os cidadãos daquele território.

Existia, então, uma preocupação por parte da organização de informar os moradores sobre as múltiplas violências que eram operacionalizadas pelo estado no território da cidade da Ceilândia. *A Voz de Ceilândia* foi um espaço em que finalmente o cidadão ceilandense pode veicular suas preocupações, desejos e exercer o controle sobre

⁸⁸ *A voz de Ceilândia*, out/nov. de 1981.

⁸⁹ *Correio Braziliense*, 22 de jun. de 1982, p. 10. “Polícia prende e espanca 4 rapazes, vítimas da violência policial recorrem à OAB para pedir providência”. Jovens visivelmente negros foram espancados gratuitamente por policiais na saída de um jogo de futebol, por não possuírem dinheiro para contratar advogado recorrem à OAB, desta forma, quem assumirá o processo foi a Advogada Milza Guidi, responsável também por auxiliar os Incansáveis na Luta pela garantia dos lotes a preço justo.

a sua própria imagem e narrativa. De fato, o jornal dedicou a mostrar o cotidiano que era experimentado naquele espaço. Para além da violência, estas pessoas se reuniam, construíaam laços, cantavam, escreviam poesia, encenavam e disputavam o direito à cidade por meio do exercício dessas práticas de associativismo.

Com o passar das edições, o perfil editorial do jornal ficou cada vez mais bem definido, tornando a participação da população da cidade o elemento mais característico do periódico. Existe também a presença de relatórios dos agenciamentos políticos que foram realizados pela Associação em cada jornal. Esta parte não possuía uma página fixa, mas normalmente vinha acompanhada das dinâmicas sociais em nível nacional, indicando o modo como as lutas estabelecidas no Distrito Federal estavam diretamente conectadas com as disputas políticas em nível nacional.

A segunda edição do jornal já possuía uma linha editorial mais organizada, pois trazia para o público um periódico que informava a população sobre as várias lutas que estavam sendo protagonizadas pela população da Ceilândia. Discutiam-se também assuntos como preço das passagens, estruturação de um clube de futebol para a cidade e uma atualização sobre a questão dos lotes. Nesta edição, o periódico apresentava para o público a logomarca que iria representar o jornal nas próximas edições:



Figura 8- Voz de Ceilândia n 2- Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia

Apesar da logomarca ter mudado nas próximas edições, percebemos a tentativa de elaboração de um desenho que conseguisse simbolizar a luta que ali estava sendo conduzida pela associação. Nesta logomarca, conseguimos perceber que o “V” possui o punho para cima, símbolo internacional da luta negra e popular.

Junto a isso, também é possível acessar um relatório sobre a participação dos Incansáveis na criação da Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), uma organização de nível nacional comprometida com a defesa dos direitos básicos em territórios historicamente destituídos de seus habitantes. Esta aliança exerce um papel estratégico dentro da trajetória do movimento dos Incansáveis por possibilitar o diálogo da associação com outros movimentos de bairro, tornando possível a construção de uma frente de organização e de cuidado mútuo. Era algo necessário para a Associação dos Incansáveis, visto o ambiente autoritário e de suspensão de direitos que circundava a associação neste momento.

O ato de posicionar o relatório dos trânsitos políticos nas páginas do periódico revela outra investida na comunicação com o público, uma vez que o espaço poderia tornar-se uma área de apresentação das alianças firmadas e de convite para futuros acordos. Tratava-se de uma comunicação aberta que visava demonstrar que o movimento era um espaço seguro e que não fazia nada fora da legalidade. Afinal, estas mobilizações de bairro buscavam realizar melhorias para o próprio território⁹⁰.

Ao analisarmos estas páginas, percebemos a existência de um espaço de troca no jornal, onde o editorial da associação e o público leitor constroem um periódico em sintonia, de maneira que são raras as páginas que não possuem rastros da presença da comunidade local.

Nesse sentido, podemos enxergar o jornal como uma plataforma de reestruturação da representação do sujeito ceilandense, visto que existia uma queixa constante por parte dos moradores da Ceilândia no quesito representação nos jornais da grande imprensa. O próprio presidente da Associação chegou a comparecer no *Correio Braziliense* relatando a existência de uma representação mediada pela exploração da violência no território:

Nossa cidade que se tornou vítima de pecha ruim de lugar violento [...] Eurípedes Camargo acredita que a questão está relacionada mais à exploração da miséria, a imprensa

⁹⁰ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública, BR DFARPDF SSP INF ENI PES 2330.p.57. Como vimos no capítulo passado, esta não era a visão que os órgãos de repressão possuíam sobre a organização. Visto que a Associação teve um forte nível de informes registrados na Secretária de Segurança Pública. No caso da formalização da CONAM encontramos fragmentos de informes produzidos sobre o caso, uma documentação incompleta, mas que apresentava como anexo o nome dos associados.

não está interessada em ir fundo, questionar o porquê da criminalidade, “fazendo um sensacionalismo que não ajuda a ninguém”⁹¹.

Portanto, *A voz de Ceilândia* foi um espaço utilizado pelos Incansáveis para informar os moradores do território sobre as disputas em torno da questão do lote, podendo ser também um espaço que se dedicava a dar vazão a outras demandas existentes naquela sociedade. Consequentemente, tornou-se um local onde se revelavam os problemas estruturais que violentavam o povo da cidade e que se permitia colocar em evidência as vozes caladas durante muito tempo.

Há de se perceber também a tentativa de veiculação de narrativas artísticas no jornal, visto que somos apresentados a inúmeros poemas e ilustrações de autoria dos moradores da Ceilândia. A estruturação de colunas dedicadas à divulgação artística atendia a necessidade de se ter um local em que o povo pudesse manifestar seus dons artísticos. A coordenação do jornal chegou a disponibilizar colunas para os poetas da cidade, de modo que a edição n. 4 de 1982 é marcada pelo poema *Desigualdade*, escrito por “Bete”:

Por que na casa do rico
Só finos pratos se come
No entanto, as vezes o pobre
Bebe água, pra matar fome.
Porque existem tantos filhos
Tão felizes com seus pais
Enquanto pobres crianças órfãs
Sofrem na vida seus ais
Eu juro que queria saber
Porque tanta diferença enquanto uns são cristãos
Outros já perderam a crença
Porque existe na vida
A diferença de cor
Se o preto tem que ser servente
E o branco tem que ser doutor
Se o preto é sempre humilhado
O branco é recebido com amor
Só dá gente nascer preto
Só isso já traz muita dor
Porque gente, porque?
A desigualdade existe
É triste, é cruel, é desumano
Nisto eu insisto. É muito triste⁹².

Infelizmente não conseguimos acessar o nome da autora por completo, pois não fora disponibilizado no jornal. Mas Bete consegue trazer à tona toda a trajetória que constituiu aquele povo por meio da sintetização das violências de raça, classe e gênero

⁹¹ *Correio Braziliense*, 15 de jul. de 1982, p. 1.

⁹² *A Voz de Ceilândia* n.º 4, mai/jun. de 1982.

que atravessaram as experiências da população ceilandense. Por meio do poema é possível perceber o reconhecimento da historicidade que produziu o cenário binário existente entre as cidades satélites, majoritariamente negras, e o Plano Piloto, habitado em geral por brancos. Uma relação que foi essencialmente marcada pela desigualdade social e racial.

A corajosa Bete neste poema conseguiu quebrar os silêncios que recaíam sobre o território de Ceilândia, evidenciando a origem negra daquela população. O poema dar a ver como as articulação entre raça e classe não passavam despercebidas e produziam algo marcante no espaço da Ceilândia. A consciência dessas opressões provocava uma experiência singular, em que Bete conseguia revelar as maneiras como as pessoas que carregavam estes marcadores poderiam ter sua vida interdita: “A desigualdade é triste, cruel e desumana”. Não é demais recordar que este poema fora escrito em um momento em que o pensamento hegemônico da época defendia o silenciamento da questão racial, enquanto o Movimento Negro lutava pelo desmonte do mito da democracia racial⁹³.

Podemos então notar que a *Voz de Ceilândia* cumpriu com aquilo que fora prometido, pois conseguiu se tornar um espaço dedicado a colocar as expressões do povo ceilandense em uma plataforma em que finalmente poderia ser escutada. Portanto, ao enxergamos o periódico como um dos elementos-chave para a sustentação da luta dos incansáveis, começamos a entender que o movimento era muito mais do que uma luta em torno dos lotes.

Incansáveis foram estes sujeitos que utilizaram de todos os dispositivos disponíveis naquela época para construir um projeto de luta engajado na melhoria da condição de vida do povo ceilandense. A palavra “incansável” remete àquelas pessoas que lutam com coragem, e luta permanente. A pessoa que luta com coragem é uma incansável, pois lhe interessa lutar para vencer⁹⁴.

Estas pessoas lutaram por aquilo que acreditavam e estiveram engajadas em disputas que extrapolavam os limites que eram impostos pelo regime ditatorial. Circularam por mobilizações em nível nacional, construíram jornais, estiveram engajadas na luta internacional pelo fim do apartheid na África do Sul⁹⁵.

⁹³ Thula Rafaela de Oliveira Pires. *Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro*. Rev. *Direito Práx.* 2018, vol.9, n.2 pp.1054-1079.

⁹⁴ *Conterrâneos Velhos de Guerra*. Direção: Vladimir Carvalho. Produção: Idem. Brasil, 1992. Fala do Seu. Hermínio Ferreira da Costa

⁹⁵ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo de Segurança Pública BR DFARPDF SSP INF ENI 0461.p.19

Aliás, a Manifestação em frente à Embaixada da África do sul foi um evento que permite dimensionarmos o legado histórico deixado pela Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia. Isso fica muito nítido no Informe n. 387, que teve entrada na Secretaria de Segurança Pública, no dia 28 de agosto de 1986, o documento narra um ato elaborado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) em parceria com a Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores (PT) e o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), que estavam reunidos pelo fim do regime de segregação racial na África do Sul. O ato contou com a presença de Eurípedes Camargo e outras lideranças de associações de bairro, o que demonstra a maneira em que estas Associações não se restringiam as lutas pela moradia.

Enfim, os Incansáveis Moradores de Ceilândia foram pessoas diretamente engajadas na construção de uma vida melhor para aqueles sujeitos que viviam em situações desumanas. Foram homens e mulheres, que por meio do associativismo e do espírito comunitário conseguiram garantir o exercício dos direitos básicos da cidadania para uma população que era vista como símbolo da incivilidade. Estes são alguns motivos pelos quais não devemos enclausurar a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia em uma perspectiva somente jurídica, pois as práticas de luta que foram exercidas por estes sujeitos extrapolam a ideia de uma memória fechada na luta em torno dos lotes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasília, capital da esperança para quem? À luz dos debates que foram tecidos nesse trabalho, percebemos o modo em que o território do Distrito Federal foi construído por meio da operacionalização dos dispositivos de separação racial e social. Esta organização do espaço se deu por intermédio de políticas de remoção estruturadas pelo Governo do Distrito Federal, que visava remover os sujeitos indesejados das proximidades do Plano Piloto. Desta forma, identificamos a maneira em que as mesmas pessoas que foram convidadas para construir a cidade do futuro, logo foram categorizadas como “invasoras”, sendo o caso dos moradores da Vila do IAPI, um dos maiores exemplos.

Esta história sempre nos foi contada por nossos pais e avós, estes sujeitos que tiveram suas vidas drasticamente mudadas devido as remoções que marcaram a geografia de Brasília e construíram um espaço binário, cindido em dois—Cidades-satélites e Plano Piloto. É algo registrado nessa memória-coletiva das cidades-satélites, de modo que, especificamente a cidade de Ceilândia, que fora concebida por intermédio da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), fora o exemplo utilizado para a construção deste trabalho.

Visamos principalmente trazer à tona a voz daqueles que sempre falaram, mas encontraram dificuldades em alcançar espaços de escuta. Identificamos rostos, trajetórias, e práticas de uma população negra que utilizou de todos os dispositivos disponíveis a época para reivindicar seus direitos e sua humanidade. Foram pessoas que construíram laços nas Associações de Bairro, Grupos de Teatro, Sindicatos, Grupos Eclesiásticos...enfim! não foram poucos os espaços ocupados por estes sujeitos em plena ditadura militar.

Esse desejo de posicionar o foco nestas experiências parte de um local bastante específico—de pessoas que cresceram sem conhecer a história da própria cidade. Um sentimento presente desde as cadeiras do ensino básico, até a sonhada entrada na universidade. Portanto, entrar em contato com os vestígios deste passado, promove não somente um espaço de reconhecimento da historicidade das violências que construíram o

território das cidades-satélites, como também a identificação das práticas de resistência que foram coordenadas pelos moradores.

Nesse sentido, a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC) foi uma das organizações que exerceram um papel central na luta pela reivindicação de seus direitos. Uma associação que nasceu em 1979, por meio da mobilização dos próprios moradores em torno da questão do pagamento do lote a preço justo, mas que logo depois se desdobrou em outras lutas, tamanho era o trânsito da associação pelos espaços políticos.

Há de se perceber que a memória sobre os agenciamentos políticos protagonizados pela população periférica não possui espaço de protagonismo nos memoriais do Distrito Federal. Algo que ficou evidente em nosso primeiro capítulo, quando discutimos sobre a necessidade de espaços dedicados a construir memórias para além do período de construção de Brasília.

Portanto, este trabalho se inscreve no esforço de realizar apontamentos sobre as experiências sociais do passado das cidades satélites, especificamente Ceilândia. Analisando a trajetória dos sujeitos que foram lidos como indesejados pelo próprio Governo do DF e foram constantemente empurrados para as margens do território. Preocupamo-nos também em entender os espaços de ação que foram protagonizados por estas pessoas, homens e mulheres que lutaram por uma vida mais justa para os moradores da cidades-satélites.

Deste modo, consideramos um tema vasto, que deve continuar a ser pesquisado pelos centros pesquisa, principalmente pela necessidade de construção de um repertório amplo sobre o passado do Distrito Federal, comprometido com as diversas experiências de raça, gênero e classe que atravessam a história do território.



FONTES

Arquivo Nacional

Informação n. 797, Assunto: Trabalho de Bairro (TB). *FUNDO: Serviço Nacional de Informações*. Dossiê- BR DFANBSB V8.

Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

Dossiês de Investigação Administrativas, Políticas e Criminais. *Fundo: Secretária de Segurança Pública (SSP-DF), BR DFARPDF SSP INF ENI 0114*.

FONTES IMPRESSAS

Jornais⁹⁶

Correio Braziliense

Jornal de Brasília

Informativos

Voz de Ceilândia- Comissão Dos Incansáveis Moradores de Ceilândia. Equipe: Eurípedes, Carlos Jorge, Felão, Uila, Márcia, Bete, Nilza, Marciano, Nadir Oswaldo.

Obras fílmicas

A Cidade é uma Só? Direção: Adirley Queiroz. Produção: Idem. Brasil, 2013.

Conterrâneos Velhos de Guerra. Direção: Vladimir Carvalho. Produção: Idem. Brasil, 1992.

⁹⁶ Exceto os títulos acrescidos de informação complementar, a consulta aos jornais foi feita na Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br/.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMAN, Safira Bezerra. Movimento Popular de Bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez, 2008.

ATLAS DO DISTRITO FEDERAL (2020). (Org) Kássia Batista de Castro, Larissa Ane de Sousa Lima. Brasília: Kássia Batista de Castro: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2020.

CASTRO, NELSON (Org). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

CHALHOUB Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COLLINS, Patricia HILL. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Soc. Estado*. Vol.31, n.1, 2016, pp. 99-127.

DISTRITO FEDERAL. Secretária de Planejamento Orçamento e Gestão. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio Distrito Federal- Fercal (PDAD/CODEPLAN 2018)*.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Daniel e TORRES, Mateus Gamba. Uma história feita de retalhos: o acervo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. *Revista Brasileira de História*, v. 39, n. 80, 2019, pp. 15-36.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, população, habitação, *Censo Experimental*. 17 de maio de 1959.

JESUS, C. M. de. (1960). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KILOMBA. Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

- LEMOS, G. O. De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, v. 18, n. 18, 11.
- LOWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. *Lua Nova*, São Paulo , n. 19, novembro de. 1989, pp. 05-22.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos. Históricos. (Rio J.)*, Rio de Janeiro v. 29, n. 59, Dezembro de. 2016, pp. 607-626.
- PEREIRA, Josemeire Alves. *Para Além do Horizonte Planejado: Racismo e Produção do Espaço Urbano em Belo Horizonte- Séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2019.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- _____. Vicente de Souza: Interseccções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro , v. 32, n. 66, abril de. 2019 . , pp. 267-286,
- PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. *Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro* , v. 9, n. 2, Junho de 2018, pp. 1054-1079.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jun. 2004, pp. 170-198.
- SILVA, F. O. da. Associativismo negro em terras sulinas: das irmandades aos clubes para negros em Pelotas (1820-1943). *Revista Thema*, [S. l.], v. 8, n. 2, 2011.
- SOUZA, E. R. Mortalidade por homicídios na década de 80: Brasil e capitais de regiões metropolitanas. *Epidemiologia, serviços e tecnologias em saúde [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.